

# PACTO DAS ÁGUAS

CONSTRUINDO CAMINHOS DE  
SUSTENTABILIDADE NA  
AMAZÔNIA



**Autor:**

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã

**Título:**

Pacto das Águas:  
construindo caminhos de sustentabilidade na Amazônia

**Equipe técnica:**

Francisco Nunes da Silva – **Coordenação Geral**

Plácido Costa – **Coordenação Técnica**

Rosimar Braga – **Coordenação Administrativa Financeira**

João Manoel de Souza – **Coordenação de Campo**

André Luis Alves – **Jornalista**

Domingos Sávio Rego – **Técnico Agroflorestal**

João Paulo Queiroz – **Técnico Agroflorestal**

Emerson Vieira Silva – **Técnico Agroflorestal**

Vagno dos Reis Ferreira – **Técnico Agroflorestal**

Veroneci Machado de Araújo – **Técnica Administrativa**

**Ficha técnica:**

**Texto**

Andreia Fanzeres

**Fotos e edição de imagens**

Laércio Miranda

**Projeto gráfico, capa e editoração**

Téo de Miranda

**Produção gráfica e finalização**

Teoimagem Comunicação

**PETROBRAS**

Armando Ramos Tripodi – **Gerente Executivo de Responsabilidade Social**

Rosane Aguiar – **Gerente de Investimentos Sociais**

Gislaine Garbelini – **Gerente Setorial de Programas Ambientais**

Ana Cristina Balogh – **Gestão de Projetos – Programa Petrobras Ambiental**

Projeto Pacto das Águas

[www.pactodasaguas.org.br](http://www.pactodasaguas.org.br)

[imprensa@pactodasaguas.org.br](mailto:imprensa@pactodasaguas.org.br)

**Ficha catalográfica:**

P121

Pacto das Águas: Construindo Caminhos de  
Sustentabilidade na Amazônia./ Sindicato  
dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã.  
Aripuanã-MT: Teoimagem Comunicação,  
2013.

ISBN: 978-85-67137-01-8

1.Pacto das Águas. 2.Sustentabilidade.  
3.Meio Ambiente – Amazônia. 4.Floresta  
Conservada. I.Título.

CDU 504

Patrocínio:



**PETROBRAS**



Sindicato dos Trabalhadores  
Rurais de Aripuanã

# PACTO DAS ÁGUAS

CONSTRUINDO CAMINHOS DE  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Aripuanã-MT

Teoimagem  
comunicação

2013







Rio Juruena, principal formador do Tapajós e área tradicional do povo Rikbaktsa.

# ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO DO PROJETO .....                       | 9  |
| O PACTO DAS ÁGUAS .....                             | 10 |
| ABRANGÊNCIA DA INICIATIVA .....                     | 18 |
| UM RETRATO DA OCUPAÇÃO AMAZÔNICA .....              | 36 |
| A CASTANHA, A SERINGA E AS JOIAS DA FLORESTA .....  | 46 |
| A FLORESTA CONSERVADA É SEMPRE UM BOM NEGÓCIO ..... | 54 |
| AGREGANDO VALOR E TRANSFORMANDO A REALIDADE .....   | 70 |
| DESAFIOS .....                                      | 78 |
| COM A PALAVRA, O PACTO DAS ÁGUAS .....              | 82 |



Povo Zoró durante ritual em sua aldeia.

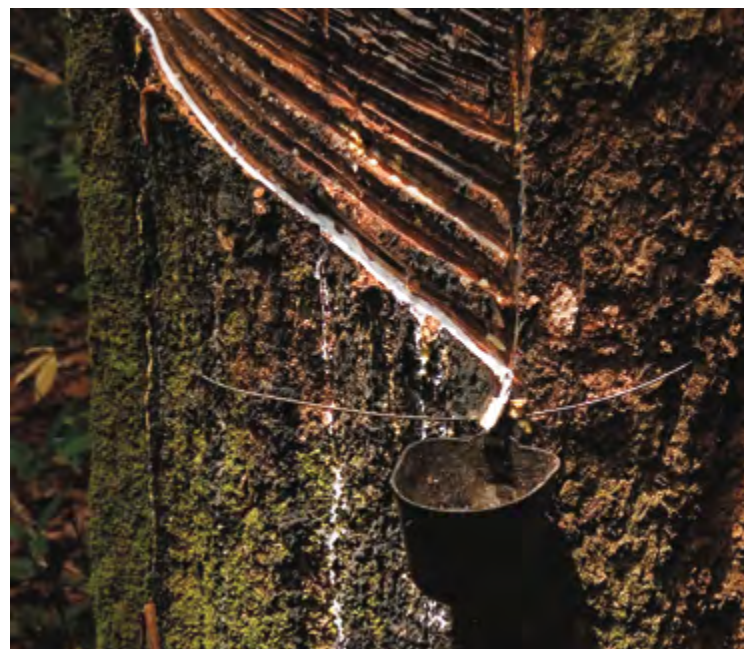


## APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O Projeto Pacto das Águas nasceu do desejo de seringueiros, povos indígenas e agricultores familiares do noroeste da Amazônia mato-grossense e do sudeste de Rondônia de construir alternativas ao modelo de ocupação predominante nessa região, pressionada pelo avanço das frentes de desmatamento. O projeto tem como missão consolidar estratégias de desenvolvimento pautadas na manutenção da floresta e da cultura dessas populações, que buscam opções de renda desvinculadas da exploração da madeira, de minérios e da pecuária. O trabalho do Pacto das Águas tem sido direcionado ao apoio à organização social de comunidades, ao manejo e à comercialização de produtos como a castanha-do-Brasil, o látex da seringueira nativa e as joias da floresta. O projeto proporciona, assim, a conquista de rentabilidade e dignidade com atividades produtivas tradicionais. Garante,

por consequência, a reflexão e a valorização de modelos alternativos de gestão ambiental na região.

A Petrobras acredita nesta iniciativa e investe em propostas que promovem a proteção ambiental e a difusão da consciência ecológica, de acordo com a política de patrocínio do Programa Petrobras Ambiental. Este programa apoia projetos voltados para a gestão de corpos hídricos superficiais e subterrâneos, a recuperação e conservação de espécies e ambientes costeiros, marinhos e de água doce e a fixação de carbono e emissões evitadas. Deste modo, contribui para o desenvolvimento sustentável, considerando o equilíbrio entre gerações, necessidades humanas e integridade da natureza. Essas são relevantes iniciativas ambientais que oferecem alternativas econômicas, sociais e ambientais em sinergia com políticas públicas.



# O PACTO DAS ÁGUAS



Área preservada na Terra Indígena Erikpatsa - Brasnorte, MT.

Os esforços pelo estabelecimento de um modelo socioeconômico e ambiental que aprecia as práticas tradicionais dos povos da Amazônia meridional remetem a trabalhos iniciados em 2003, quando começou o Programa Integrado da Castanha. A iniciativa, conhecida em todo o estado de Mato Grosso como PIC, durou sete anos e foi apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil) e pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT).

Pela primeira vez articulavam-se povos indígenas, seringueiros, assentados, empresas, governo federal e estadual com o objetivo de consolidar a cadeia produtiva da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*), valorizando as florestas e gerando renda para as populações do noroeste do Mato Grosso.

Por ser uma espécie já conhecida e manejada por todos os grupos da região, a castanha-do-Brasil foi escolhida como carro-chefe do PIC. Ao fazer esta opção, o programa atingiu também o objetivo de conservação das florestas na medida em que fortalecia outras atividades essenciais a esses povos, como a caça e a coleta de plantas e frutos. Para desempenhar cada uma das etapas do manejo sustentável da castanha-do-Brasil, os povos tradicionais atendidos pelo PIC passaram a ser incentivados a se organizar, a planejar o uso de seus territórios, obtendo melhores condições de protegê-los, o que fez da iniciativa um importante instrumento de gestão ambiental em terras indígenas.



A atividade de manejo e comercialização da castanha-do-Brasil foi pensada enquanto uma estratégia de conservação florestal e gestão territorial.

Inspirado pelos sucessos do PIC, nasceu em 2006 o Projeto União dos Povos da Floresta, com patrocínio da Petrobras através do Programa Petrobras Ambiental. O projeto deu continuidade e ampliou as ações do PIC, envolvendo o povo Rikbaktsa, os seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt e os agricultores familiares do Assentamento Vale do Amanhecer. A proposta era convidar as populações a refletir sobre soluções econômicas sustentáveis para sua sobrevivência, sem que para isso fosse necessário desmatar, o que representava uma grande interrogação no contexto do noroeste mato-grossense.

Com a participação ativa das próprias populações as soluções apareceram. Faltava mecanismos para apoiar com mais vigor as formas de organização social, promover a educação ambiental voltada para a gestão e conservação de recursos hídricos, reflorestar as áreas degradadas nas microbacias dos rios Guariba, Branco, Roosevelt e na sub bacia do rio Juruena. Também era preciso dar seguimento à consolidação das alternativas econômicas, como o manejo florestal da castanha-do-Brasil. O apoio à comercialização do látex da seringueira e o enriquecimento de roças de toco com espécies nativas foram outras boas ideias incorporadas ao projeto naquele momento.

Alavancada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã (STRA), a proposta deu tão certo que os parceiros buscaram a renovação do patrocínio, surgindo, assim, o Projeto Pacto das Águas. Além de ter incluído na proposta o povo Zoró, a partir de 2011 o projeto deu solidez aos negócios sustentáveis nas terras indígenas e na reserva extrativista, além de continuar as ações de fortalecimento das organizações sociais tradicionais, sempre muito necessárias no noroeste do Mato Grosso e no sudeste de Rondônia.



Oficina de manejo orgânico da castanha-do-Brasil, Terra Indígena Zoró, MT.



Intercâmbio de experiências dos povos indígenas do noroeste de MT, Terra Indígena Erikpatsa.



Pintura cerimonial  
povo Rikbaktsa.



Entrepósito de castanha da  
Associação do Povo Indígena Zoró, MT.

## ALGUNS RESULTADOS

Em 10 anos, esta proposta de atuação colheu reconhecimento e respeito em toda a região. Tanto que é tida como uma das mais bem sucedidas experiências em alternativas de geração de renda pautadas na conservação das florestas na Amazônia. Em números, a iniciativa apoiou a proteção de 880 mil hectares na Amazônia meridional, envolvendo diretamente 2.500 pessoas com atividades de manejo florestal comunitário. Elas produziram entre 2003 e 2013 cerca de 1500 toneladas de castanha-do-Brasil com casca beneficiadas e 90 toneladas de látex de seringueira nativa. Isso representou algo em torno de R\$ 4,5 milhões às comunidades em uma década, oportunizando conservação da biodiversidade e manutenção dos modos de vida dos povos da floresta.

Esses resultados tiveram impactos positivos internos e externos ao projeto que, por conseguir abranger e cativar outros grupos mesmo fora do escopo de atuação inicial, tomou características de programa regional. Graças ao seu alto grau de replicabilidade, as ações do Pacto das Águas vêm servindo como referência a outros povos da região noroeste de Mato Grosso e sudeste de Rondônia, que começaram a reativar ou potencializar o trabalho, principalmente com a castanha-do-Brasil.

Assim, mesmo de modo informal, mais grupos aderiram e passaram a integrar uma rede maior de parceiros que envolvem associações indígenas, de seringueiros e agricultores, cooperativas como a Cooperativa de Agricultores Familiares do Vale do Amanhecer (Coopavam) e a Cooperativa de Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua (Coocaram). Além delas, são parceiras as empresas Michelin, Inovam e Ouro Verde assim como instituições como a Fundação Nacional do Índio (Funai).



Processo de extração de castanha dos ouriços.

Para se ter uma ideia, só em 2012, além do apoio direto do projeto à produção de castanha-do-Brasil pelos Zoró, Rikbaktsa e seringueiros, foram produzidas mais 240 toneladas pelos Cinta-Larga, Gavião, Arara, agricultores, entre outros. Naquele ano, o projeto diagnosticou uma demanda do mercado regional de mais de 1.000 toneladas de castanha.

Tal desempenho indica que este tipo de atuação atende aos anseios de toda uma região, especialmente de povos que histórica e tradicionalmente têm redes próprias de relacionamento e intercâmbios, o que permite disseminar mais facilmente informações, facilitando a mobilização em torno da iniciativa. Por esta razão, além da atuação na Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, o Pacto das Águas tem perspectivas de fortalecer e direcionar suas ações para as terras indígenas Zoró, Igarapé Lourdes, Serra Morena,

e Parque Indígena Aripuanã, todas situadas no chamado corredor Tupi Mondé, abrangendo no seu conjunto uma área aproximada de 1,7 milhões de hectares e uma população de 2.500 pessoas, habitantes da região noroeste da Amazônia mato-grossense e do sudeste de Rondônia.

Apesar da crescente adesão ao projeto, os desafios para assegurar sustentabilidade local deste tipo de iniciativa são enormes, principalmente por conta da necessidade de estabelecimento de parcerias azeitadas aos mesmos objetivos em meio a um contexto econômico e político focados no modelo predatório de uso dos recursos naturais na Amazônia. Sem falar nas dificuldades de escoamento da produção e da burocratização de alguns processos ligados à comercialização.

Diante disso, o trabalho do Pacto das Águas encontrou caminhos, possibilitando o acesso de algumas associações

a programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que viabiliza empréstimos para a compra da castanha-do-Brasil a preços justos. Deste modo, dá maior capilaridade a políticas públicas de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. Este é um exemplo de como a proposta é beneficiada pelas políticas públicas e, ao mesmo tempo, em função de seus bons resultados, fortalece este tipo de iniciativa governamental na medida em que fornece a ela subsídios para continuar se expandindo. Assim, o Pacto das Águas também dialoga com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI).



Os Gavião são um dos povos que aderiram à iniciativa do Pacto das Águas.





Povo Zoró em oficina de gestão e planejamento territorial.

# ABRANGÊNCIA DA INICIATIVA

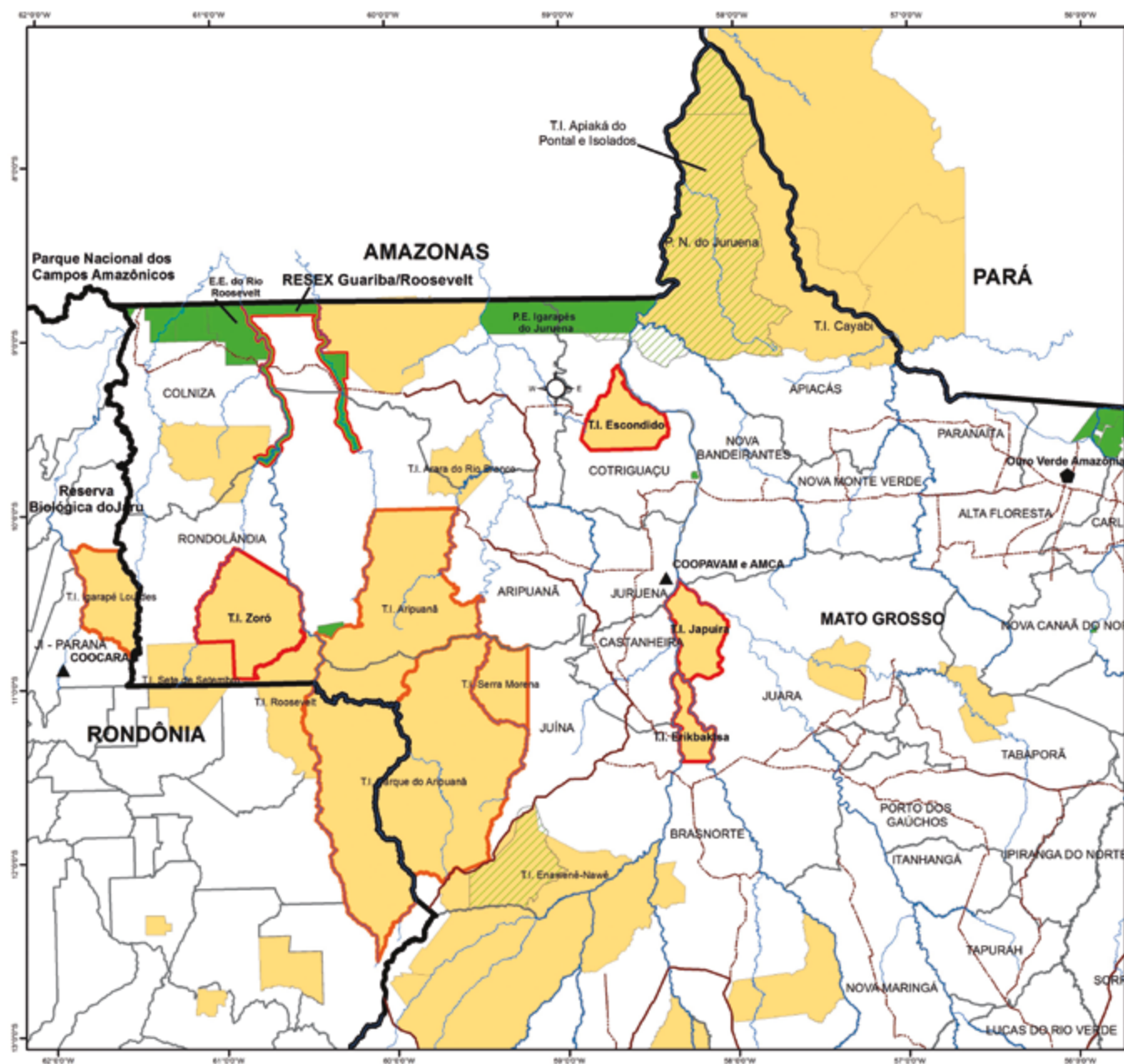


Para além dos territórios protegidos pelas populações atendidas, a iniciativa, ao longo de toda a sua existência, cativou e mobilizou diversos outros povos. Grande parte da região noroeste da Amazônia mato-grossense e sudeste de Rondônia está hoje direta ou indiretamente envolvida, e suas comunidades desempenham ações relacionadas ao projeto com autonomia, replicabilidade e sustentabilidade.

A região, com área de 170.797.749 km<sup>2</sup> e com 550 mil habitantes, pertence ao “arco do desmatamento”, com elevados índices de degradação ambiental e corte raso, essa região ainda apresenta grandes maciços florestais, com uma imensa diversidade biológica e cultural – notadamente dentro das terras indígenas e unidades de conservação. Esta é também uma região conhecida como “Corredor Etnoambiental Tupi Mondé”, uma referência à família linguística que é comum às sociedades Arara, Gavião, Cinta-Larga, Suruí e Zoró. Também habitam a região os povos Rikbaktsa, Nambiquara, Enawene Nawe, Manoki e Myky. Juntos, totalizam uma população de aproximadamente 11 mil pessoas, distribuídas em quase 120 aldeias. Além desses grupos, vivem na região populações tradicionais como os seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, única unidade de conservação desta categoria em todo o estado de Mato Grosso.



Mulheres do povo Zoró durante processo de seleção da castanha-do-Brasil.



## Área de abrangência das ações do Projeto Pacto das Águas



### Legenda

- Empresas parceiras
- ▲ Cooperativas e associações parceiras
- Hidrografia
- Estrada Estadual
- Estrada Federal
- Limite Municipal
- Unidades de Conservação de uso sustentável formalmente inserida na proposta
- Unidades de Conservação
- ▨ Unidades de Conservação sobrepostas à Tis
- Terras indígenas formalmente inseridas na proposta
- Terras indígenas que aderiram à proposta
- Terras Indígenas

### Localização da Área de Abrangência do Projeto



0 20 40 80 km  
 Projeção Cônica Conforme de Lambert  
 Paralelos Padrões: 10° S e 16° S  
 Meridiano de Origem: 56° WGR  
 Datum: Sirgas 2000

Outro grupo social relevante, que participou e influenciou as primeiras ações da iniciativa, foram os agricultores familiares, que por meio da implementação de sistemas agroflorestais (SAFs) e da realização de experiências de gestão de negócios de produtos da floresta têm dado uma importante contribuição para a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável na região. Estamos nos referindo a mais de 20 assentamentos rurais com aproximadamente 6.500 famílias e 28 mil pessoas.

Atualmente, as ações abrangem no seu conjunto os municípios de Juína, Juara, Brasnorte, Cotriguaçu, Aripuanã, Rondolândia e Colniza, em Mato Grosso, além de Ji-Paraná, em Rondônia, que totalizam uma área de 9,8 milhões de hectares<sup>1</sup>. Esta é a região das bacias do rio Juruena (principal formador do rio Tapajós), do rio Aripuanã (um dos formadores do rio Madeira).

---

1 IBGE Cidades



Área de agricultores familiares recuperada com sistemas agroflorestais - Juruena - MT.

RIKBAK TSA



## ONDE ESTAMOS

**Territórios:** Terras Indígenas Erikpatsa, Japuira e Escondido

**Municípios:** Brasnorte, Juara e Cotriguaçu (MT)

**Tamanho:** 402 mil hectares

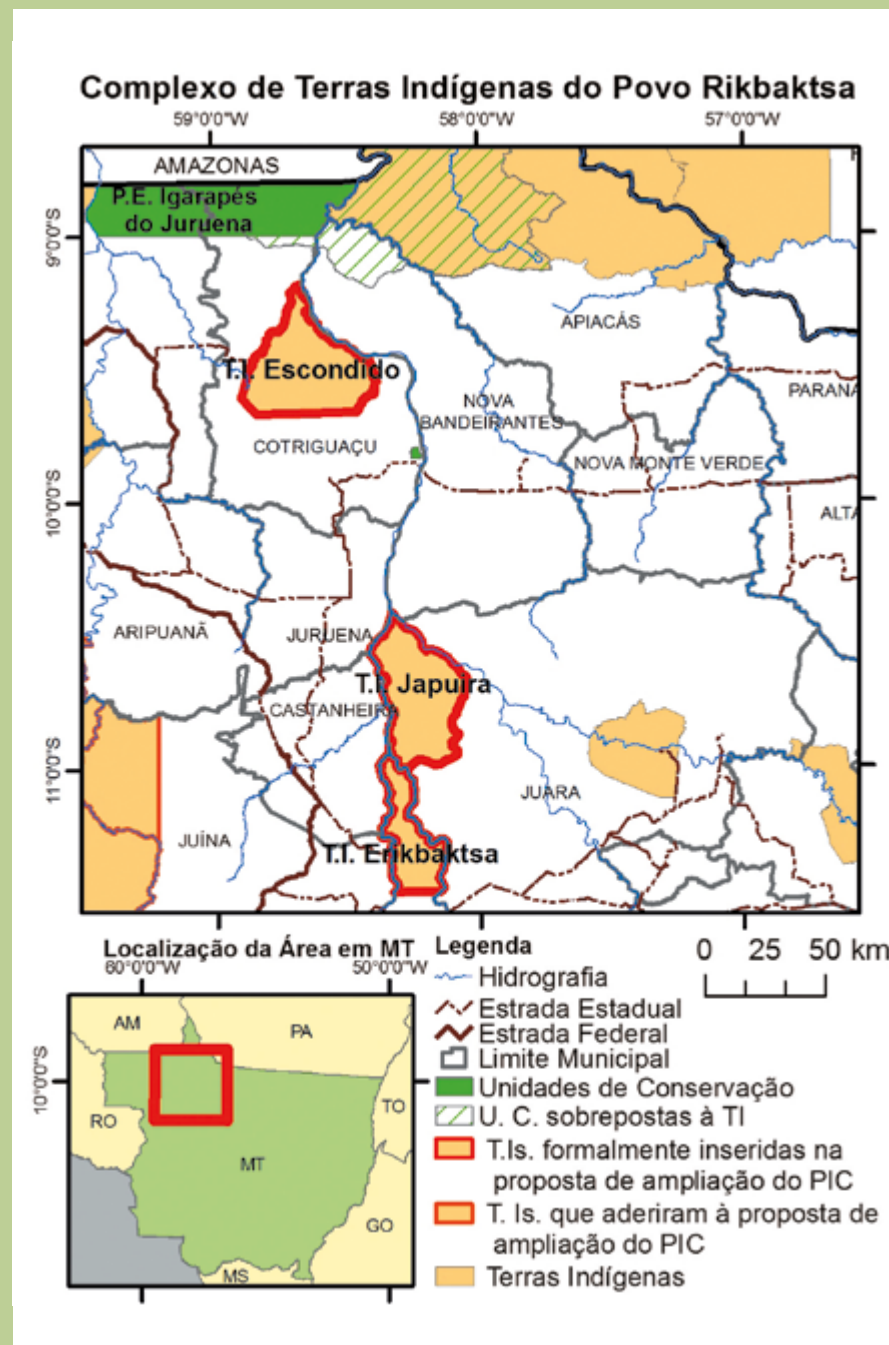
**Quem vive:** Povo indígena Rikbaktsa

**Mais:** O povo indígena Rikbaktsa é um dos mais numerosos do noroeste do Mato Grosso, com uma população de mais de 1.5 mil pessoas distribuídas nas Terras Indígenas Erikpatsa, Japuira e Escondido. Todas essas áreas margeiam o rio Juruena em seu trecho mais caudaloso, com ilhas e corredeiras, exigindo dos indígenas grande habilidade para navegação. Por causa do uso tradicional de canoas, eles são chamados na região de canoeiros.

Conhecidos como um povo guerreiro, os Rikbaktsa falam sua língua materna, que pertence ao tronco linguístico Macro-Jê e também o português com bastante desenvoltura pela maioria da população, que dedica especial atenção à escola.

Os Rikbaktsa se engajaram nos trabalhos de manejo sustentável da castanha-do-Brasil e do látex de seringueira ainda nos primeiros anos do PIC, pois viram grande potencial de geração de renda desvinculada do desmatamento e de valorização da organização social indígena nesta atividade econômica coordenada pela Associação do Povo Indígena Rikbaktsa (Asirik).

Em 2003, antes do projeto, um quilo de castanha-do-Brasil era vendido a atravessadores na ponte sobre o rio Juruena por R\$ 0,50. Depois de um longo caminho de maior organização social e de aumento da qualidade do produto, a castanha passou a ser comercializada a empresas e cooperativas a R\$ 3,00 o quilo. A castanha do povo Rikbaktsa é considerada a melhor de Mato Grosso.



**Território:** Terra Indígena Zoró

**Município:** Rondolândia (MT)

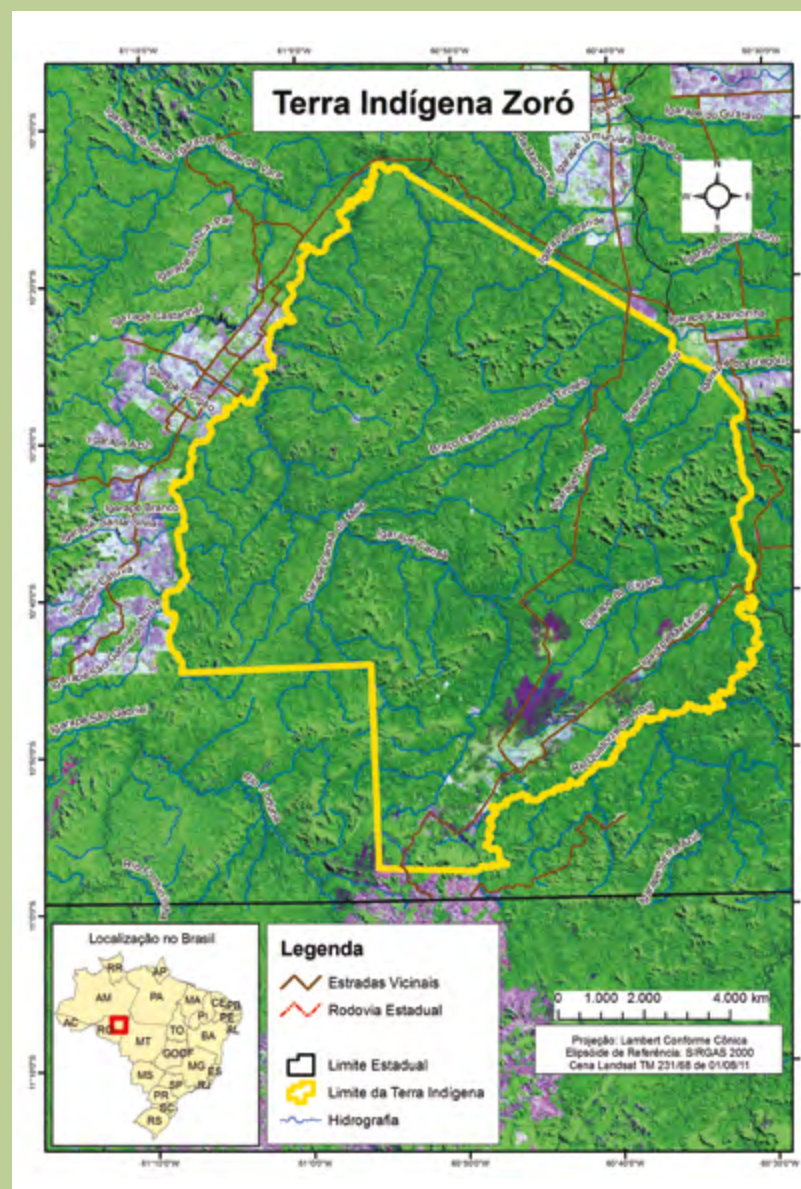
**Tamanho:** 355.789 hectares

**Quem vive:** Povo indígena Zoró

**Mais:** Parceiro da iniciativa desde 2004, os Zoró perceberam que a adesão à proposta de fortalecimento organizacional e geração de renda seria benéfica para a comunidade, composta por 625 pessoas divididas em 24 aldeias. Apesar dos inúmeros desafios à frente desse povo, a associação Zoró é hoje uma das mais bem organizadas da região e tem buscado, constantemente, alternativas econômicas que possam manter seus costumes e tradições e, ao mesmo tempo, proporcionar maior qualidade de vida para as suas famílias.

Atualmente os Zoró têm influenciado outros grupos Tupi da região, que passam a enxergar na castanha-do-Brasil uma alternativa de renda desvinculada de atividades predatórias. Eles são representados no projeto pela Associação do Povo Indígena Zoró *Pangyjej* (APIZ), que vem se notabilizando pela eficácia na gestão dos negócios da floresta. Entre 2005 e 2012, realizou a gestão de mais de um milhão de reais em recursos de empréstimo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Isso permitiu que a associação pudesse pagar preços justos aos próprios castanheiros Zoró e de outros povos, como Arara, Gavião, Suruí, Cinta-Larga, Uru-Eu-Wau-Wau, Amandawa e Tupari, com um volume total de castanha comercializado de mais de 600 toneladas nesse período. Embora o território Zoró esteja em solo mato-grossense, os indígenas tecem relações mais estreitas com outros grupos e cidades do sudeste de Rondônia.

Homologada em 1991, a Terra Indígena Zoró compõe um mosaico de terras indígenas em um local estratégico que tem ajudado a barrar as frentes de desmatamento, após a transformação de boa parte do entorno desta e de outras áreas protegidas em pastagens.



Os Zoró decidiram apostar no sucesso do manejo sustentável de diversos produtos florestais não madeireiros, com especial aptidão à castanha-do-Brasil. Hoje, eles são os maiores produtores de castanha do estado de Mato Grosso, e foram responsáveis por uma safra de 150 toneladas em 2012.



ZOKÓ



# SERINGUEIROS



**Território:** Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt

**Município:** Colniza (MT)

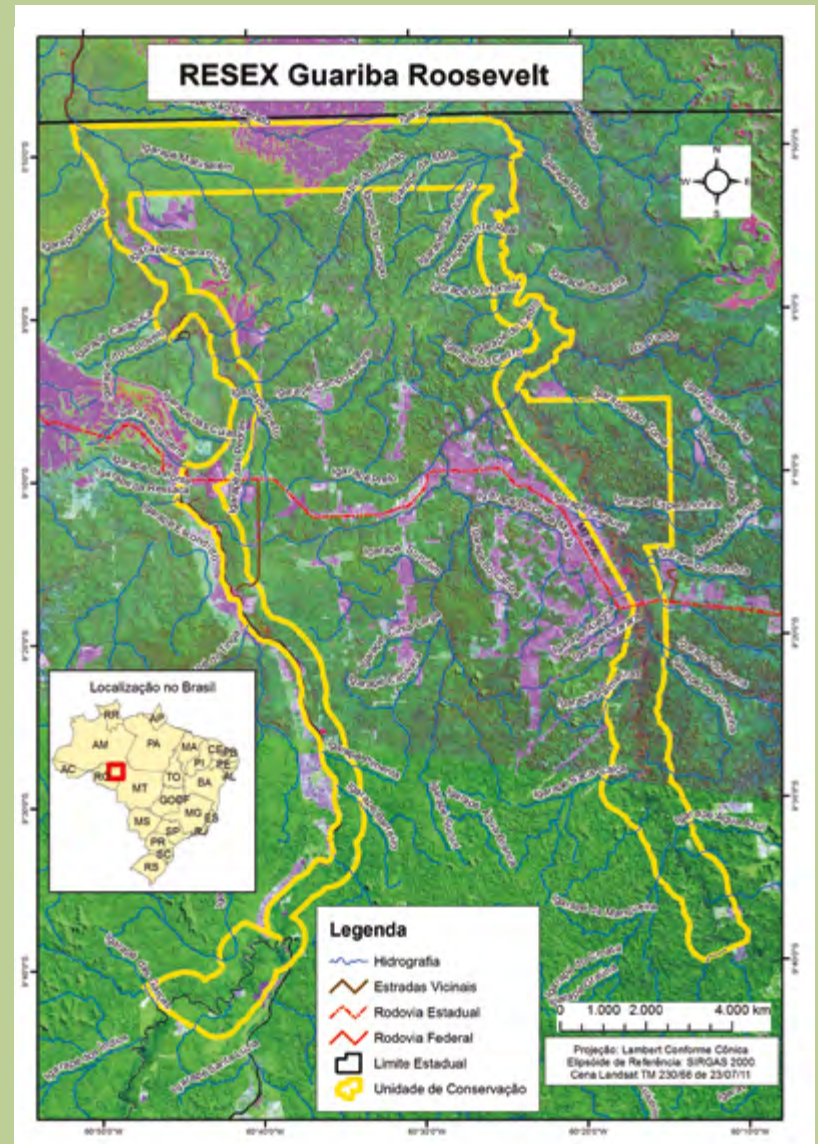
**Tamanho:** 138 mil hectares

**Quem vive:** Seringueiros

**Mais:** Os seringueiros são grupos tradicionais que ocupam o noroeste de Mato Grosso há mais de 120 anos. No entanto, tiveram sua atividade bastante limitada após o declínio da produção de látex na Amazônia ao longo do século XX, e, mais recentemente, no XXI, pelas frentes de ocupação. Elas não apenas converteram as florestas em pastagens, mas alteraram profundamente a lógica econômica do extrativismo pela dinâmica exploratória da madeira e do gado extensivo.

A partir de 2005, descendentes dos “soldados da borracha” que vivem na Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt puderam contar com parcerias diversas para reativar piques de castanha e de seringais nativos, ou seja, os caminhos pelos quais se acessam esses recursos na floresta. Esta iniciativa abriu novas oportunidades de renda a partir do manejo dos castanhais e reascendeu a chama da produção de tradicional de borracha, paralisada desde os anos 1990. Embora vivam na mesma reserva extrativista, as enormes distâncias amazônicas e a inexistência de boas vias de acesso impedem um contato regular entre os seringueiros do rio Guariba e os do rio Roosevelt, que trabalham de modo independente e estabeleceram a Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Guariba-Roosevelt / Rio Guariba (AMORARR) e a Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Guariba-Roosevelt / Rio Roosevelt (AMARR)

Essas duas associações surgiram de uma organização anterior: a Associação dos Seringueiros dos rios Guariba e Roosevelt (ASGR), que, a partir de 1992, passou a trilhar junto a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã (STRA), executor do Projeto Pacto das Águas.



Foi o sindicato que, em 1989, propôs pela primeira vez a criação de uma reserva extrativista em Mato Grosso, em atendimento às demandas dos seringueiros, que além do látex, realizam extração de outros produtos da floresta, como o óleo de copaíba e a castanha-do-Brasil.

## AMPLIANDO AÇÕES

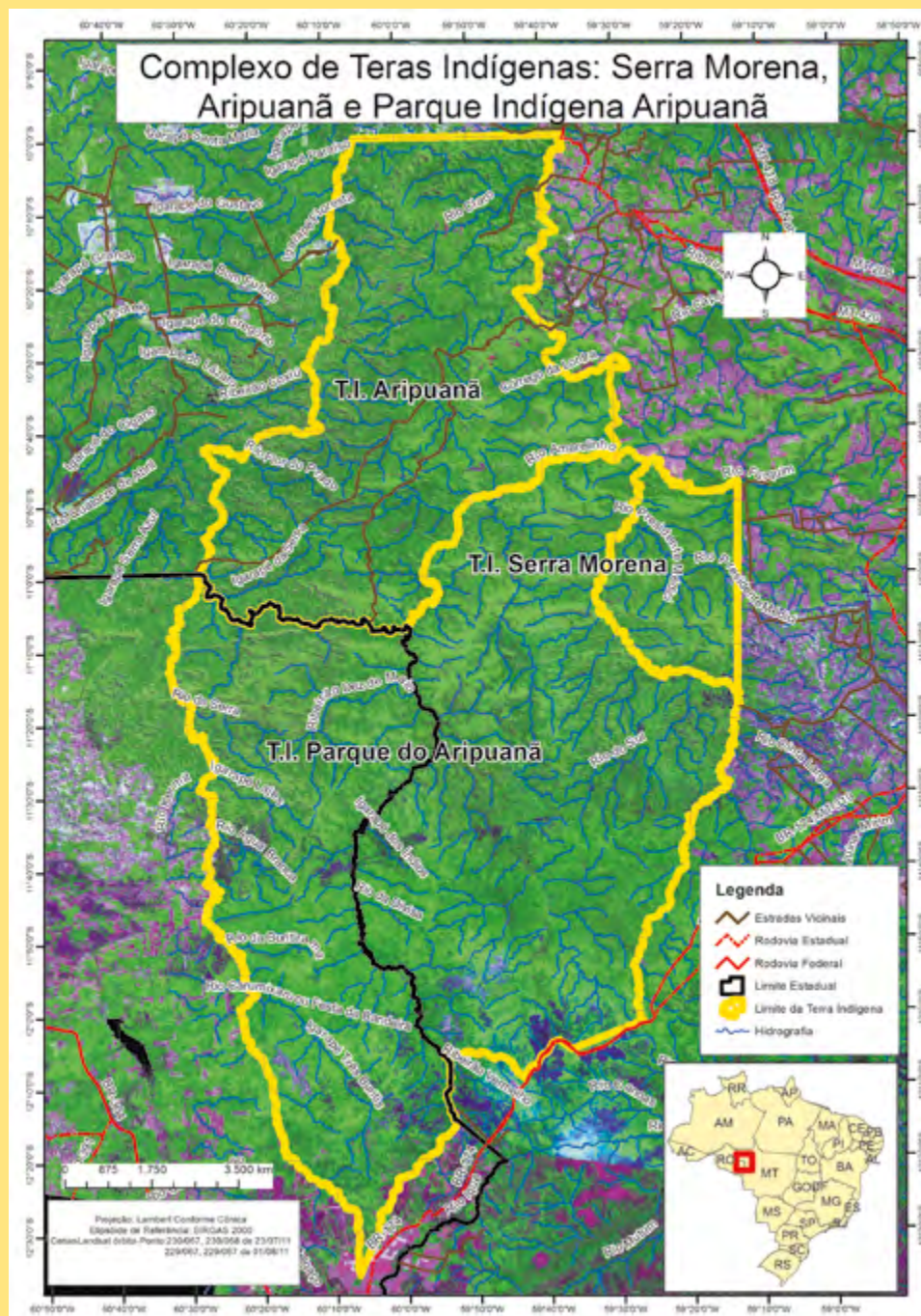
**Territórios:** Terras Indígenas Serra Morena, Aripuanã e Parque Indígena Aripuanã

**Municípios:** Juína, Aripuanã (MT) e Ji-Paraná (RO)

**Tamanho:** 2.501.735 hectares

**Quem vive:** Povo indígena Cinta-Larga

**Mais:** Os Cinta-Larga são os habitantes das terras indígenas Serra Morena, Aripuanã e Parque Indígena Aripuanã. Dos grupos do corredor Tupi-Mondé, são os que possuem a maior extensão territorial, cujos territórios formam um corredor com mais de dois milhões de hectares, que protegem uma das áreas mais pressionadas do arco do desmatamento na Amazônia, entre Mato Grosso e Rondônia. Na década de 70, por ausência do Estado, muitas das lideranças Cinta-Larga foram aliciadas e envolvidas em atividades ilegais madeireiras e minerais. Atualmente, este povo tem procurado outro caminho na construção de alternativas de uso sustentável da floresta, iniciando o trabalho com as cadeias produtivas da castanha, da borracha natural e se aproximando de iniciativas como o Pacto das Águas e Poço de Carbono Juruena. Em 2012, as associações Cinta-Larga de Serra Morena e de Aripuanã comercializaram mais de 60 toneladas de castanha-do-Brasil com a Coopavam e a empresa Caia.



CINTA LARGA



# GAVIÃO E ARAKA



**Territórios:** Terra Indígena Igarapé Lourdes

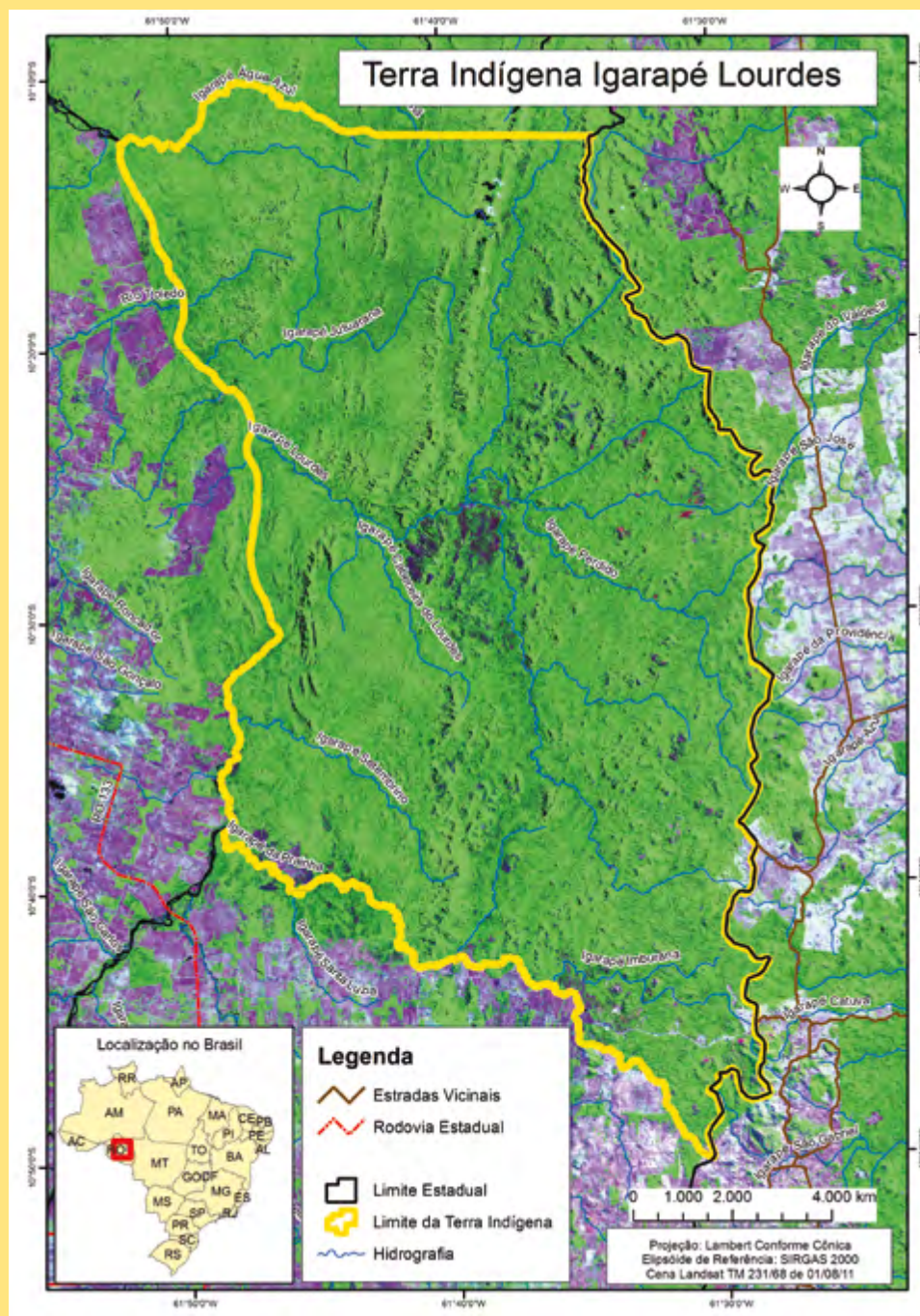
**Municípios:** Ji-Paraná (RO)

**Tamanho:** 185.534 hectares

**Quem vive:** Povos indígenas Gavião e Arara

**Mais:** Os povos Gavião e Arara habitam a bacia do Igarapé Lourdes e outros afluentes do rio Machado, em Rondônia. Este território é uma das 34 áreas escolhidas no país para a implantação de um projeto piloto de gestão territorial e ambiental em terras indígenas pela FUNAI, conhecido como GATI, que contribuirá com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI). Na TI Igarapé Lourdes, já foi realizado um primeiro diagnóstico etnoambiental, documento técnico que possibilita o levantamento de dados e colhe diversas informações sobre a área. Esse trabalho tem o apoio de diferentes instituições públicas. Para além das estimativas, os Gavião e Arara produziram mais de 100 toneladas de castanha-do-Brasil na safra de 2012 e têm muito interesse em qualificar seus processos de gestão e produção, ingressando na proposta de atuação do Pacto das Águas.

Hoje, os Arara da TI Igarapé Lourdes são representados pela Associação *Karo Paygap*, que busca entre suas atividades a revitalização da cultura. Tem parceria com o Conselho de Missão entre os Índios (Comin), desenvolvendo atividades relacionadas ao artesanato. Já os Gavião conduzem a Associação do Povo Indígena Gavião (Assiza), e nos últimos anos produziram mais de 300 toneladas de castanha, dando fim à extração ilegal de madeira em suas terras.



## ACREDITAMOS NESTA IDEIA

O noroeste da Amazônia mato-grossense e o sudeste de Rondônia entraram definitivamente no mapa dos negócios sustentáveis da floresta graças a uma sólida rede de parceiros composta por indígenas, associações, organizações da sociedade civil, empresas e poder público. Juntos, todos esses atores dão fluidez, capilaridade e repercussão a cada ação implementada pela iniciativa.

Atualmente, são parceiros locais os povos indígenas Zoró, Rikbaktsa, Gavião, Arara e Cinta-Larga, além dos seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã (STRA) conta ainda com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria do Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema-MT).

Entra também como parceira comercial estratégica a Cooperativa de Agricultores Familiares do Vale do Amanhecer (Coopavam), que atua no beneficiamento e comercialização da castanha, garantindo preços justos aos povos da floresta e contribuindo de maneira decisiva na construção de alternativas de geração de renda através da conservação da biodiversidade. A Coopavam atende a 35 mil crianças de sete municípios da região noroeste de Mato Grosso no escopo do PAA – doação simultânea. Como ela, a Cooperativa de Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua (Coocaram) tem se envolvido com a iniciativa, sendo composta por agricultores familiares de 13 municípios rondonienses desde 2002. Atualmente, desenvolve várias ações de promoção da agroecologia, comércio justo e solidário, além da comercialização do guaraná e do café orgânicos – este último exportado para a Europa.



Através do trabalho das cooperativas e associações de agricultores familiares com produtos e negócios da floresta, suas áreas de reserva legal deixam de serem vistas enquanto um obstáculo.





A Coopavam é uma importante parceira, levando produtos à base de castanha para mais de 35 mil crianças na região noroeste de Mato Grosso.

A Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA) tem também adquirido castanha-do-Brasil do povo Zoró e dos seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, fortalecendo grupos de mulheres do assentamento Vale do Amanhecer com a produção de alimentos à base de castanha para escolas da região noroeste de Mato Grosso.

Entre os parceiros empresariais, destacamos o comprometimento da Michelin, que há cinco anos adquire toda a produção de produtos do látex oriundos de manejo florestal comunitário de povos indígenas e seringueiros, pagando sempre os melhores preços praticados em Mato Grosso. Entre 2008 e 2012, foram 59 toneladas de borracha compradas pela empresa. Do mesmo modo, o Pacto das Águas é aliado comercial da **Ouro Verde** desde 2003, quando ainda se iniciava o Programa Integrado da Castanha. Em praticamente dez anos de parceria, a empresa já adquiriu 110 toneladas de castanha.

A Petrobras se tornou nos últimos anos um parceiro fundamental na consolidação de alternativas econômicas desvinculadas do desmatamento na Amazônia meridional, tendo apoiado, em áreas contíguas ao Pacto das Águas, outras iniciativas que fortalecem a gestão territorial indígena como o Projeto Berço das Águas, executado pela Operação Amazônia Nativa (Opan) com povos das cabeceiras da bacia do rio Juruena. Além deste projeto, a Petrobras patrocina ainda o Poço de Carbono Juruena, realizado pela Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (Adejur) atendendo a pequenos e médios agricultores que desenvolvem ações para o sequestro de carbono através da implantação de sistemas agroflorestais (SAFs). Pacto das Águas, Berço das Águas e Poço de Carbono Juruena foram desenvolvidos com

equipes multidisciplinares que dialogaram de modo interinstitucional almejando afinamento, colaboração e amplificação dos impactos positivos resultantes não apenas de cada iniciativa, mas da proposta regional em curso.

Todos esses parceiros têm percebido, ao longo dos anos, que uma das razões do sucesso da iniciativa é a escolha de atividades econômicas tradicionais dos povos – como de modo expoente é o manejo da castanha-do-Brasil – permitindo que os grupos deixem o sistema de aviamento para um modelo de gestão que confira maior autonomia na cadeia produtiva, com melhores condições de manejo e comercialização. Como consequência, outras comunidades indígenas e de agricultores da região se aproximam e têm cada vez mais interesse em participar deste trabalho, como é o caso dos Cinta-Larga, Suruí, Arara, Gavião, Apiaká, Kayabi e Munduruku.

Tem também sido nítido que ao centrarem esforços para a realização do manejo tradicional da castanha-do-Brasil e do látex da seringueira, os indígenas têm obtido resultados animadores em relação à sua produção, comercialização e inserção no mercado. Além disso, a mobilização em torno das oficinas de boas práticas, as expedições pelo interior dos territórios para reconhecimento, vigilância e abertura de estradas de acesso são reflexos de um planejamento comunitário, de necessariamente um olhar estratégico sobre a gestão ambiental e territorial dessas áreas. Esta característica da intervenção do Pacto das Águas dialoga diretamente com a PNGATI e tem criado cada vez mais condições para que este conjunto de territórios que compartilham semelhantes trajetórias históricas, econômicas, sociais e ambientais possam participar e se beneficiar de mais esta política de Estado.





Coleta de castanha na Reserva Extrativista Guariba Roosevelt. O trabalho articulado dessa rede de parceiros tem trazido sustentabilidade à iniciativa.

# UM RETRATO DA OCUPAÇÃO AMAZÔNICA



As terras indígenas na região constituem verdadeiras ilhas de biodiversidade e formam o corredor etnoambiental Tupi-Mondé.

A faixa que abrange o noroeste de Mato Grosso e o sudeste de Rondônia tem um dos maiores remanescentes de floresta amazônica na porção sul do bioma. A maior parte desses inestimáveis recursos naturais e culturais está salvaguardado dentro de terras indígenas e unidades de conservação. Os tradicionais habitantes desta região da Amazônia são os povos Cinta-Larga, Suruí, Gavião, Zoró, Arara, Rikbaktsa, Enawene Nawe e Nambiquara, além de pelo menos seis outros considerados isolados. São, ao todo, aproximadamente 11 mil pessoas em 120 aldeias. Além desses grupos, temos ainda populações tradicionais como os seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt. Seus territórios ultrapassam os quatro milhões de hectares, que consolidam um cinturão de proteção da natureza e são palco de inúmeras experiências de manejo florestal e agroflorestal.

A região faz parte do chamado corredor etnoambiental Tupi-Mondé, entre Rondônia e Mato Grosso, formado por cinco povos indígenas falantes do Tupi-Mondé, como os Paiter (Suruí), Karo (Arara), Pádèrej (Cinta-Larga), Ikolen (Gavião) e Pangyjej (Zoró).

Os rios que irrigam esta área pertencem às sub-bacias do Juruena e do Aripuanã, que formam, respectivamente, os rios Tapajós e Madeira, na bacia amazônica. As águas cristalinas do Juruena nascem no Cerrado mato-grossense pelos rios Verde, Papagaio, Sangue, entre outros. Já as mais barrentas do Aripuanã são formadas principalmente pelos



rios Guariba, Roosevelt e Branco, conhecidos e temidos historicamente por seu caráter caudaloso.

A abundância e variedade da fauna e da flora aquáticas são ainda pouco conhecidas pela Ciência, mas não pelos povos indígenas, que dependem da saúde desses rios para sua alimentação e para a sua cosmologia. No quesito beleza, alguns dos principais saltos são tão impressionantes – como o Andorinhas e o Dardanelos – que, antes mesmo de terem seu potencial ecoturístico plenamente estudado, foram drasticamente alterados pela construção de uma usina hidrelétrica.

Nos últimos anos, os mais famosos saltos e corredeiras das bacias do Juruena e do Aripuanã foram inventariados pelo governo brasileiro para a construção de empreendimentos de geração de energia elétrica, o que tem mexido profundamente não apenas na dinâmica hídrica e na paisagem do noroeste mato-grossense, mas na cultura dos povos que vivem nesta região.



A região é o ponto de encontro onde a Amazônia das Águas se encontra com a Amazônia das estradas. Um modelo de ocupação pauta o uso social da biodiversidade e, outro, a supressão das florestas.

## RECURSOS NATURAIS PRESSIONADOS

Apesar de ser o principal refúgio de biodiversidade da Amazônia meridional, esta é a região em que mais rapidamente a degradação ambiental tem acontecido nos últimos tempos. Quatro dos municípios da região – Aripuanã, Colniza, Cotriguaçu e Juína – figuram entre os que mais desmataram a Amazônia de acordo com a lista oficial do Ministério do Meio Ambiente, atualizada em 2011.

As principais ameaças à sociobiodiversidade da Amazônia mato-grossense e do sudeste de Rondônia resultam da ação de atores nas áreas de mineração, exploração madeireira e pecuária de forma predatória, sendo que em sua porção mais ao sul, na transição com o Cerrado, os grandes riscos devem-se à conversão da vegetação para a implantação de lavouras de grãos, como soja, algodão, milho e sorgo. A presença de madeireiros, sojicultores, mineradores e pecuaristas, quando em desacordo com a legislação ambiental, atrapalha inclusive as iniciativas de uso dos recursos naturais de forma responsável e legal, como planos de manejo florestal sustentáveis, especialmente quanto à competitividade e viabilidade econômica.

A predominância deste modelo de desenvolvimento vem da política nacional de ocupação da Amazônia, iniciada nos anos 1960 e fortalecida durante a ditadura militar. A partir daquela época, Mato Grosso e Rondônia receberam incentivos governamentais para verdadeiras ações de colonização do território e imposição do modelo de agricultura mecanizada e concentração fundiária que, aliás, expulsou trabalhadores rurais do Sul do país, estimulando ondas migratórias para a Amazônia.

Foi a partir desta época que a população da Amazônia passou a crescer expressivamente, aumentando de 8,2 milhões de habitantes nos anos 1970 para 42 milhões de pessoas em 2010. Isso representa cerca de 12% da população brasileira.



Esse movimento ocorreu em grande medida sem que as políticas e empresas de colonização dispensassem a devida atenção e respeito aos modos de organização social e de produção preexistentes. Em especial, às outras formas de relacionamento com a terra, como aquelas desenvolvidas pelos povos indígenas e populações tradicionais na Amazônia.

É sintomático que quase todos os núcleos urbanos do noroeste de Mato Grosso, por exemplo, tenham sido criados por empresas públicas ou privadas de colonização. A exceção é o município de Aripuanã, fundado em 1943, ainda influenciado por uma economia baseada no extrativismo vegetal. Este forte movimento de colonização pautado na supressão da floresta consolidou práticas altamente impactantes e por muitos anos sufocou economicamente outros modelos de desenvolvimento menos agressivos ao meio ambiente e aos povos que dele dependem.

O movimento de ocupação e extração ilegal de madeira em Mato Grosso e Rondônia viveu seu ápice no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, quando, aliás, o desmatamento na Amazônia atingiu seus maiores índices. De acordo com um estudo publicado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (Imazon)<sup>1</sup>, naquela época houve uma migração da atividade madeireira já instalada na Amazônia em direção ao oeste do Pará, sudeste do Amazonas e extremo noroeste de Mato Grosso. As cidades que mais rapidamente mudaram seu perfil econômico nesses anos para a cadeia da exploração da madeira foram Novo Progresso, Castelo dos Sonhos (PA), Colniza e Aripuanã (MT).

Este era o cenário socioeconômico e ambiental enfrentado quando o Programa Integrado da Castanha (PIC) deslançou. Nessa época, já era possível identificar um padrão de ocupação agropecuária no Sul da Amazônia, onde o desmatamento acontecia majoritariamente ao longo das estradas, em áreas com baixo valor de uso, em que a distribuição de terra era bastante concentrada e a maior parte dos recursos naturais explorada de modo predatório. Além desses fatores, de acordo com o estudo

---

1 Lentini, M., Veríssimo, A., & Pereira, D. (2005). A expansão madeireira na Amazônia. O Estado da Amazônia, 2, 4. Belém: Imazon.







Movimento de caminhões tórcios no município de Rondolândia.



Serrarias em Aripuanã - MT.

“Brasil em ação: ameaças e oportunidades econômicas na fronteira amazônica”<sup>2</sup>, observava-se que a rentabilidade da agropecuária era menor conforme aumentava a pluviosidade das áreas abertas.

Na Amazônia, como se sabe, a quantidade de chuva é bastante elevada. E, apesar dos incentivos crescentes para o estabelecimento das lavouras que fizeram de Mato Grosso o maior produtor de grãos do país, estima-se que 80% das áreas em uso agropecuário sejam compostas por pastagens para pecuária extensiva. Por este motivo, a paisagem ali passou a mudar drasticamente a partir dos anos 1990. Até 2003, o rebanho bovino da Amazônia já tinha crescido 140%, passando de 26,6 milhões para 64 milhões de cabeças<sup>3</sup>. Em 2011, o rebanho já atingia 80 milhões de bovinos na Amazônia Legal<sup>4</sup> dos quais 29,2 milhões de cabeças em Mato Grosso.

O baixo preço da terra na Amazônia em relação a áreas privadas no Centro-Sul do país tem sido, historicamente, um importante fator para a expansão da pecuária na região. Entre 1970 e 2000, o preço dos pastos eram cerca de cinco vezes menor do que em São Paulo. Outro agravante é o fato de especuladores utilizarem a pecuária como vetor de ocupação de terras públicas na Amazônia, o que acarreta uma baixíssima produtividade dos rebanhos. De acordo com o estudo do Imazon, esta ocupação parece ser compensada pela exploração de madeira e pela venda da terra a fazendeiros, quando a infraestrutura local melhora.

2 Arima, E., & Veríssimo, A. (2002). Brasil em Ação: Ameaças e Oportunidades Econômicas na Fronteira Amazônica. Série Amazônia (Vol. 19, p. 22). Belém: Imazon.

3 Barreto, P., Arima, E., & Brito, B. (2005). Pecuária e desafios para a conservação ambiental na Amazônia. O Estado da Amazônia, 5, 4. Belém: Imazon.

4 IBGE, 2012



Adicionalmente, a falta de governança nas fronteiras econômicas do país favorece a ocupação ilegal de terras públicas, reduzindo o preço da terra e facilitando a pecuária no Sul da Amazônia.

Em relação à exploração madeireira, os dados mais recentes do Serviço Florestal Brasileiro indicam que em 2011 foram extraídos 12,9 milhões de metros cúbicos de madeira em tora na Amazônia, sendo que Mato Grosso liderou o ranking entre os estados da região, com 4.937,98 m<sup>3</sup>. Este número já foi muito maior se comparado aos índices de 1998, quando a produção madeireira total na Amazônia era de 28,3 milhões de metros cúbicos<sup>5</sup> – sintoma de uma maior disponibilidade de áreas florestadas e menor capacidade do estado de realizar ações de monitoramento e controle.

5 Veríssimo, A. 2013. Uso da Terra. O Estado da Amazônia, 67. Belém: Imazon.

Considerando o fato de que os maiores ativos florestais no sudeste de Rondônia encontram-se nas áreas protegidas e em Mato Grosso elas estão justamente no noroeste do estado, na área de atuação do Pacto das Águas, é de se imaginar a pressão econômica que a região tem sofrido, principalmente as áreas protegidas detentoras das maiores reservas.

É praticamente incontestável que a economia baseada na agropecuária nesta região tenha alto poder de atração em relação a uma produção alternativa sem estrutura de escoamento, sem mercado estabelecido e sem os mesmos subsídios oferecidos ao agronegócio. Para se ter uma ideia, é comum encontrar caminhões que buscam, nos lotes dentro de assentamentos, todo e qualquer gado que se preste à venda para frigoríficos no noroeste de Mato Grosso, quando ao tentar levar uma produção local de hortifrutigranjeiros ou provenientes do extrativismo da floresta, longas horas em estradas precárias arruinam os investimentos de pequenos agricultores familiares. Do mesmo modo, são verificados nessa região percentuais de endividamento rural, o que tende a provocar a venda da terra por valores muito baixos a médios e grandes fazendeiros, aumentando ainda mais a concentração fundiária na Amazônia. Obviamente, esta dinâmica envolve direta ou indiretamente seringueiros e povos indígenas, muitas vezes convidados a ceder os valiosos recursos florestais a este tipo de esquema.

Outra consequência comum é a importação deste modelo predatório para dentro das áreas protegidas e assentamentos de reforma agrária, visando à conversão da vegetação nativa em pastagens para gado de corte ou venda de mão de obra de jovens indígenas, seringueiros e agricultores familiares para manutenção dessas áreas, trabalho em serrarias e prospecção de

madeira. É justamente aí que o Pacto das Águas tem conseguido mudar esta tendência, incentivando que em áreas protegidas os povos tirem seu sustento a partir de seus modos tradicionais de organização social e produção de baixo impacto.

Necessário observar é que, em médio e longo prazos, um aparente sucesso no crescimento econômico baseado no modelo de desenvolvimento predatório tende a ruir, levando os municípios amazônicos a um caos na economia e altas taxas de violência. Isso foi interpretado pelos pesquisadores Daniela Calentano e Adalberto Veríssimo<sup>6</sup> como o padrão econômico do “boom-colapso”. Ou seja, nos primeiros anos ocorre um rápido e efêmero crescimento na renda e emprego (boom), seguido muitas vezes de um colapso social, econômico e ambiental. Este ciclo do “boom-colapso” pode gerar impactos ambientais severos, agravando a situação social na Amazônia. Nesse sentido, as oportunidades para promover um desenvolvimento com base no uso dos recursos naturais que garantam qualidade de vida da população e respeito à natureza precisam evoluir do caráter piloto e periférico para o pilar central da vida política, econômica e social da região. Este também é o objetivo do Pacto das Águas.

Com o intuito de fortalecer os modelos de desenvolvimento que valorizam a conservação da floresta e as práticas tradicionais das populações amazônicas, o Projeto Pacto das Águas tem defendido o lema de “construir pontes” para o bom relacionamento entre agricultores familiares, povos indígenas, extrativistas e a sociedade como um todo.

---

6 Celentano, D., & Veríssimo, A. (2007). O Avanço da Fronteira na Amazônia: do boom ao colapso. O Estado da Amazônia - Indicadores, 48. Belém: Imazon.



Pesquisas do Centro Internacional de Pesquisa Florestal associam práticas de manejo florestal com conservação de floresta.

# A CASTANHA, A SERINGA E AS JOIAS DA FLORESTA



A castanheira, também conhecida como a rainha da floresta, é uma espécie de suma importância para povos indígenas e tradicionais na região.

Tudo começou com apoio à estruturação da cadeia produtiva da castanha-do-Brasil, atividade tradicional comum a dezenas de povos indígenas e que vinha perdendo importância socioeconômica em meio à expansão da fronteira agropecuária na região. Depois, a iniciativa expandiu sua abrangência trabalhando com o extrativismo do látex da seringueira nativa, resgatando assim a dignidade dos grupos de seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt. Outro foco do projeto que vem ganhando cada vez mais importância nos últimos anos tem sido o trabalho com os artesanatos indígenas, as chamadas joias da floresta, atraindo a participação maciça das mulheres, envolvendo-as nos processos participativos de gestão e organização comunitária.



Extração de látex entre o povo Zoró.



Confecção de joias da floresta entre as Rikbaktsa.

## CASTANHA-DO-BRASIL

A castanheira (*Bertholletia excelsa*) é uma das árvores nativas mais importantes da Amazônia. No Brasil, ela ocorre somente na região amazônica nas áreas altas de terra firme e se desenvolve melhor em clareiras. Os maiores castanhais ocorrem principalmente nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso.

A castanheira é uma árvore de grande porte que sobressai acima das copas das demais, podendo atingir até 50 metros de altura e, se conservada, vive mais de 500 anos. Seus frutos, conhecidos como ouriços, podem pesar até 1,5 kg e conter até 25 sementes, que são as castanhas, ricas em vitaminas, gorduras e proteínas.

A conservação da castanha-do-Brasil depende de medidas que criem alternativas à exploração ilegal da madeira e expansão dos desmatamentos, como o fortalecimento das associações comunitárias e o desenvolvimento de projetos e programas. Além da importância social da castanheira para os povos da floresta, a venda das amêndoas é muito valorizada para a economia local. Sua comercialização dentro do país é uma importante fonte de renda para milhares de agricultores, seringueiros e povos indígenas que vivem na Amazônia.

Em Mato Grosso, não há quem produza mais castanha-do-Brasil do que o povo Zoró, que na safra 2011-2012 obteve 150 toneladas. Com interesse e aptidão particulares para o manejo da castanheira, esses indígenas possuem um movimentado barracão e operam procedimentos de secagem e armazenagem das castanhas, criando condições para oferecer ao mercado um produto de altíssima qualidade.

Envolvidos há mais de 30 anos no manejo dos castanhais, que desde 1996 são por lei protegidos do corte no Brasil,

os indígenas realizaram um mapeamento participativo e dividiram entre as aldeias as áreas disponíveis para a coleta do fruto. Famílias se unem para a quebra do ouriço e o transporte do produto, às vezes por quilômetros mata adentro, no caminho dos piques de castanha.

De um modo geral, a safra da castanha estende-se de novembro a março, variando com a localização das terras indígenas e reserva extrativista, assim como o regime de chuvas e secas, entre demais fatores, que podem adiantar ou atrasar a produção.

Hoje, as castanhas com casca e do tipo *dry* produzidas pelos Zoró, Rikbaktsa e seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt conquistaram certificação orgânica pelo agente Ecocert e pelo governo federal, o que aumenta as chances dessas comunidades ingressarem em mercados diferenciados e valoriza ainda mais a produção dos povos da floresta.

Em 2012, mesmo sem apoio direto do Pacto das Águas, foram produzidas no escopo do programa mais 240 toneladas pelos Cinta-Larga, Gavião, Arara e agricultores, entre outros. Naquele ano, o projeto diagnosticou uma demanda do mercado regional de mais de mil toneladas de castanha.

A castanha-do-Brasil é uma espécie tradicionalmente conhecida e manejada pela maioria dos indígenas e seringueiros da região. Os povos que integram o programa são conhecedores da ecologia da planta, das técnicas de coleta, de armazenamento das sementes e das boas práticas de manejo da amêndoa da castanha e de seus subprodutos. A coleta da castanha-do-Brasil fortalece e valoriza outras atividades desenvolvidas pelos grupos, como a caça, a coleta, a ocupação de seus territórios, o controle e fiscalização das terras indígenas e da reserva extrativista.





Castanha-do-Brasil, um produto-chave para pensar o uso sustentável das florestas por povos tradicionais e indígenas.



A reativação de seringais nativos é tanto uma estratégia de geração de renda a partir da conservação da floresta quanto de gestão ambiental e territorial.

## LÁTEX DA SERINGUEIRA NATIVA

A seringueira (*Hevea brasiliensis*) é uma espécie diretamente relacionada aos modelos de ocupação da Amazônia desde o final do século XIX. Mas seus usos entre os indígenas datam do início do século XVIII, quando há registros da utilização pelos Kambeba para fazer botas, capas, bolas, flechas incendiárias, deter hemorragias, cicatrizar ferimentos e se proteger contra o frio.

A seiva (ou látex) foi por anos procurada para o desenvolvimento da indústria automobilística, entre outras aplicações. O declínio de sua produção na Amazônia brasileira por causa da concorrência externa também tem a ver com a quebra da economia e abandono de investimentos na região por muitas décadas.

A extração do látex da seringueira é feita por “sangria”, uma técnica em que se corta a casca da árvore até os tecidos que contêm o látex. Com o látex é produzida a borracha natural, produto largamente utilizado na fabricação de pneus e câmaras de ar. Pneus de aviões possuem grande quantidade de borracha natural, assim como artefatos leves de borracha como materiais esportivos, elétricos, calçados, tubos cirúrgicos, preservativos, e em grande número de manufaturados.

A seringueira é uma árvore de grande porte, que pode atingir até 40 metros de altura, e está espalhada pelas florestas do noroeste de Mato Grosso e sudeste de Rondônia. A abertura (ou, o que é mais comum, a reabertura) de estradas de seringa incentiva que jovens e adultos conheçam e estabeleçam estratégias para a gestão de seus territórios. Esta atividade acontece no final da época seca e no começo das chuvas, antes do sangramento da madeira, que deve ser feito durante oito meses no ano.

A borracha extraída pelos Zoró, Rikbaktsa e seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt é considerada de ótima qualidade, ainda mais após trabalhos de fomento às boas práticas no manejo desta árvore, desenvolvidos no âmbito dos Projetos de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (Sema/PNUD) e Pacto das Águas.

A extração da borracha nativa se entrelaça à história de ocupação da região e possui significado ímpar para a maioria dos grupos do Pacto das Águas. Por meio da parceria com a empresa Michelin do Brasil, indígenas e seringueiros vislumbram a possibilidade de diversificar sua produção por meio do beneficiamento do látex e da comercialização garantida de toda produção de Cernambi Virgem Prensado (CPV) - uma espécie de prancha rústica de borracha - das comunidades parceiras.



Coágulos de látex colhidos da floresta.

## JOIAS DA FLORESTA

Alguns dos povos indígenas do noroeste de Mato Grosso e do sudeste de Rondônia são tão minuciosamente habilidosos na confecção de artesanatos que ficam para sempre na lembrança dos mais exigentes apreciadores. É o caso dos artesanatos Rikbaktsa e Zoró, feitos principalmente pelas mulheres. Esta atividade compõe um conjunto de práticas tradicionais que, mesmo com a demanda externa dos não indígenas, continua sendo essencial para a educação de jovens e faz parte da identidade cultural destes povos.

As mulheres perceberam que os ornamentos elaborados para sua própria comunidade podem também ajudar na sustentabilidade ambiental e econômica de toda uma região. A estruturação da cadeia produtiva do artesanato é um instrumento de formação política com importante papel no empoderamento dos povos indígenas visando à conquista de autonomia. Por estes motivos, elas têm recebido cada vez mais apoio para organizar sua produção sem que isso impacte no ritmo e na sazonalidade dos recursos.

Atualmente, algumas mulheres Rikbaktsa conseguem comercializar suas belas peças nos mercados de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. São anéis, colares, pulseiras e cintos feitos principalmente com tucum. O povo Zoró, por sua vez, comercializa cerâmicas, cestarias e joias que rendem cerca de dez mil reais anualmente.

Como parte das atividades do Projeto Pacto das Águas, foi realizada em 2008 uma oficina de formação de pesquisadoras indígenas e artesanato Rikbaktsa, com o objetivo de construir, de forma participativa, um levantamento da cadeia produtiva do artesanato e incentivar o interesse de um grupo de mulheres sobre os conhecimentos tradicionais de seu povo.

Outras cadeias produtivas potenciais na região estão sendo estudadas e discutidas com os grupos, entre elas a do óleo de copaíba (*Copaifera sp*). O produto mais valioso de toda essa experiência é troca de saberes, a articulação e o fortalecimento de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, que, por meio de uma relação particular com os recursos naturais, são responsáveis pela conservação da floresta.



Mais do que geração de renda, o artesanato tem uma estreita relação com a cosmologia destes povos.



Motivadas pelo artesanato, as mulheres Rikbaktsa criaram a sua associação enquanto estratégia para viabilizar parte de suas demandas.

A FLORESTA CONSERVADA É  
SEMPRE UM BOM NEGÓCIO



Dentro das estratégias de atuação do Pacto das Águas, a aposta no fortalecimento das organizações política e social dos indígenas e dos seringueiros foi, notavelmente, um fator preponderante para que o projeto colhesse as toneladas e toneladas de frutos de uma produção ambientalmente correta. Isso mostra que muito mais importante do que os números do beneficiamento e da comercialização da castanha-do-Brasil, que variam de ano a ano, o projeto precisou dedicar a maior parte de seus esforços ao campo social, investindo nos saberes dos povos da floresta e valorizando os modos de organização desses grupos em vez de ditar regras sobre aumento de produtividade.

Este olhar para o que já existia e a sensibilidade no atendimento às demandas dos povos foram algumas das estratégias adotadas ao longo dos últimos 10 anos de intervenção na região, em busca do estabelecimento de relações sólidas, verdadeiras e confiáveis entre os indígenas, seringueiros e os mercados. Só assim a iniciativa venceu as barreiras impostas pelo modelo convencional e dominante, trazendo luz às dificuldades e propondo caminhos para o diálogo entre as diferentes formas de lidar com o patrimônio natural na Amazônia. Isso sempre esteve por trás do lema que tornou o Pacto das Águas conhecido na região: “Manter a floresta em pé é um bom negócio. Apoiar seus povos é a nossa missão”.



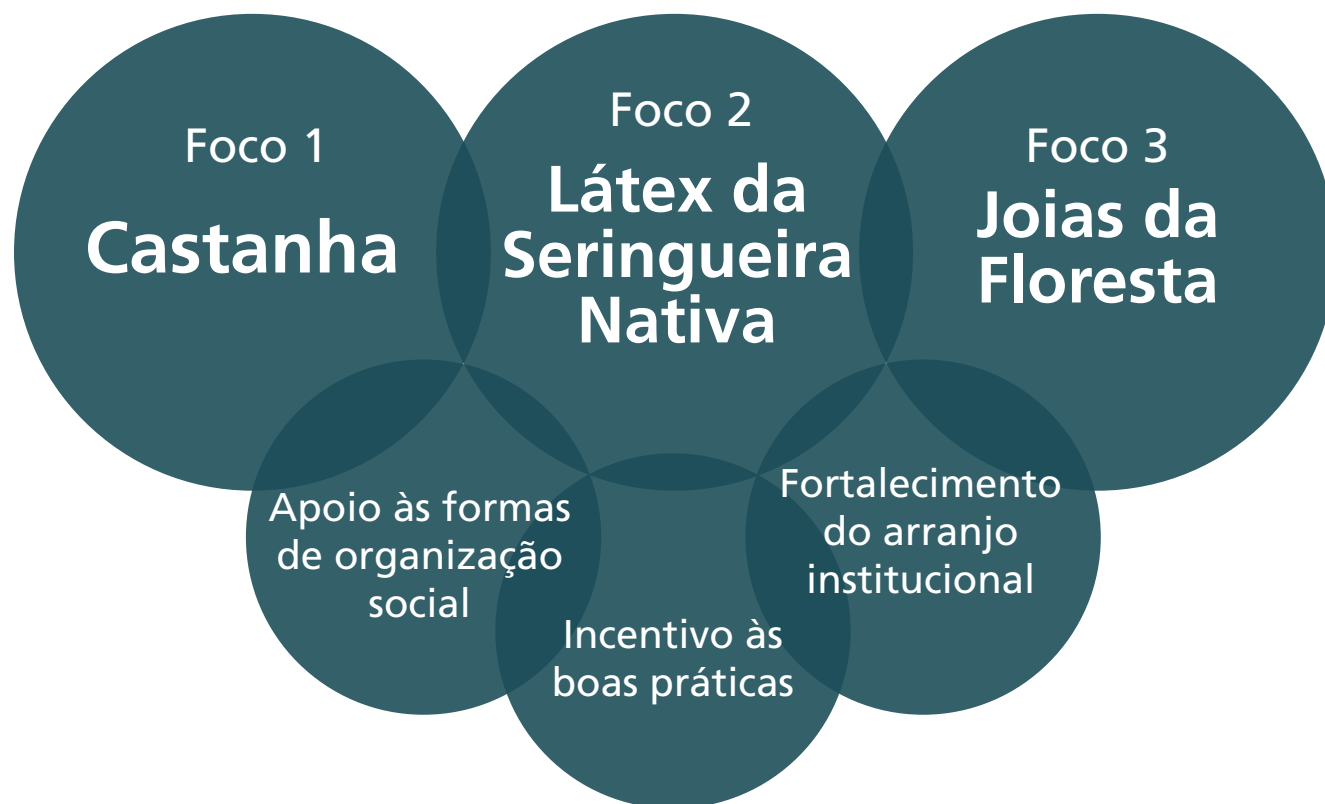
Seringueiro RESEX Guariba Roosevelt.

Desde seu início, a iniciativa tem buscado promover processos participativos de planejamento da paisagem e gestão de microbacias por meio da implementação do manejo florestal comunitário e sistemas agroflorestais em áreas desmatadas. E uma das maneiras de atingir este propósito tem sido consolidar alternativas econômicas para a gestão e conservação dessas áreas estratégicas.

As ações de fomento às cadeias produtivas da castanha-do-Brasil, da borracha nativa e das joias

da floresta têm sido, portanto, uma estratégia para a gestão ambiental e territorial nas terras indígenas e na reserva extrativista atendida pelo projeto.

A atuação do Pacto das Águas está ancorada em três sólidos pilares, que orientam a forma como tem sido realizado o apoio para o manejo tradicional desses três produtos principais. São, eixos transversais do projeto o apoio às formas de organização social dos grupos envolvidos, o incentivo às boas práticas e a articulação do arranjo institucional dentro das cadeias de valor.







Crianças Rikbaktsa - Aldeia Barranco Vermelho,  
Brasnorte - MT.

Entrepósito de armazenamento e beneficiamento de castanha *dry* do povo Zoró.



## APOIO ÀS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Diferentemente de inúmeros projetos de desenvolvimento que consideram as populações envolvidas como meramente beneficiárias, o Pacto das Águas concilia os interesses das comunidades locais com as propostas de conservação da sociobiodiversidade. Desta forma, gera adesão e sustentabilidade social.

Em 10 anos de experiência, temos constatado que em qualquer empreendimento de manejo comunitário, seja de castanha-do-Brasil, copaíba, seringa ou demais recursos naturais, é fundamental levar em consideração as práticas tradicionais de organização social dos povos envolvidos. Muitas experiências falham por se preocuparem unicamente com os aspectos técnicos, enquanto o mundo das relações (entre as pessoas e delas com a natureza) é que comanda as decisões no manejo.

No caso do Projeto Pacto das Águas, as aldeias que utilizam um mesmo território foram escolhidas para organizar os sistemas de manejo, coleta e armazenamento da castanha-do-Brasil por possuírem laços de parentesco e representação política comum. Ali foram eleitos os coordenadores locais da castanha desde o Programa Integrado da Castanha (PIC) – hoje atuando como agentes ambientais no Pacto das Águas. Eles são as pessoas que têm o respeito das comunidades, demonstram um espírito de inovação e facilitam a troca de informações entre as aldeias.

Junto com caciques e outras lideranças, os agentes ambientais indígenas são os principais incentivadores, comunicadores e disseminadores das experiências e resultados do projeto, estimulando a adoção de técnicas de manejo dos castanhais e das boas práticas de coleta, zelando pelo cuidado em cada uma das ações, como armazenamento e comercialização da castanha-do-Brasil e da seringa entre as famílias coletoras.



Castanheiros da RESEX Guariba-Roosevelt, MT.

Além do apoio e respeito à organização interna de cada povo indígena e comunidade, é fundamental a união de todos diante de um empreendimento comum. Isso exige que as associações e os grupos organizados estejam preparados para trabalhar e tomar decisões em conjunto, buscar linhas de crédito, assistência técnica e lidar com os agentes externos, como instituições parceiras, intermediários, mercado etc., garantindo, assim, o seu empoderamento, reconhecimento e autonomia.

## INCENTIVO ÀS BOAS PRÁTICAS

O Pacto das Águas formou agentes multiplicadores de conhecimento, indígenas e não indígenas, realizando de forma permanente o acompanhamento técnico para a incorporação de boas práticas de manejo às atividades produtivas e a certificação orgânica dos produtos extrativistas. Para isso, conta com uma equipe multidisciplinar baseada em pontos estratégicos da região para atender a cada uma das áreas do projeto, com profundo conhecimento técnico, mas ao mesmo tempo sensibilidade para unir conhecimentos e adaptar formas de atuação, respeitando o desejo dos indígenas e dos seringueiros na realização das atividades produtivas.



Desde o início do projeto, seringueiros e indígenas participam de oficinas e capacitações para identificar demandas no fortalecimento de atividades econômicas e culturais que ajudam na conservação da floresta. Uma das estratégias metodológicas do Pacto das Águas na transmissão e aprimoramento dos conhecimentos em boas práticas tem sido promover intercâmbios de experiências envolvendo, além dos povos que já participam da iniciativa, outros grupos da região com traços culturais e desafios socioeconômicos comuns.

Foram promovidos três grandes seminários regionais com intercâmbios de experiências ao longo da trajetória do Pacto das Águas. Um em 2007 na aldeia Barranco Vermelho, outro em 2009 na aldeia Escola e outro em 2011 na aldeia Curva, realizados nos territórios dos Rikbaktsa e Zoró, com apoio e participação de outros parceiros institucionais e comerciais. Além deles, destacamos o intercâmbio de mulheres indígenas Rikbaktsa, Zoró e Arara em julho de 2012, em Rio Branco, no Acre, para trocas de experiências e aprendizados sobre maior qualidade do artesanato indígena e a formação para beneficiamento da castanha *dry*, ocorrido em Ji-Paraná, Rondônia. A convivência através desses intercâmbios sobre manejo e comercialização de produtos florestais não madeireiros é um dos principais ganhos do projeto.

Desde o início, o projeto prioriza a construção participativa de boas práticas de manejo dos castanhais e seringais nativos. Essa formação tem como objetivo capacitar multiplicadores locais responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento das atividades produtivas, desde a organização da coleta à garantia da qualidade do produto final.

COMUNIDADE RIKBAKTA

*Caipora*

OS PARTICIPANTES



Caciques Rikbaktsa em intercâmbio de experiências na aldeia Barranco Vermelho, em Brasnorte, MT.

## BOAS PRÁTICAS DO MANEJO DA CASTANHEIRA:

Antes de começar a coleta, é importante planejar cada ação no tempo e no espaço. É o planejamento que ajuda a melhorar a qualidade das castanhas produzidas, evitar perdas, conseguir melhores preços e ainda oferecer uma grande oportunidade para fiscalizar os territórios, escolhendo para o manejo os castanhais em áreas de risco de invasão. Outro passo fundamental é realizar um mapeamento, um primeiro levantamento das principais informações de uma determinada área, tamanho e localização dos castanhais e aldeias, número de árvores existentes, etc. Depois, fazemos a abertura dos piques (caminhos que ligam uma castanheira à outra) e a limpeza dos castanhais, livrando-se de cipós, ouriços velhos, facilitando, assim, a coleta e o transporte dos ouriços da nova safra até as aldeias.

Durante o processo de coleta, é preciso cuidado para evitar contaminação das castanhas, retirando os ouriços do chão da floresta o quanto antes. A primeira seleção é feita durante a coleta das castanhas, após a abertura dos ouriços, quando são retiradas as estragadas ou machucadas com o facão. Após este processo, elas são transportadas em sacos carregados nas costas dos coletores até as aldeias, onde são colocadas em mesas de secagem ou à sombra sobre uma lona estendida no chão para que comece então a terceira seleção, eliminando as castanhas com rachaduras ou que apresentam manchas de óleo na casca.

Na etapa de armazenamento deve-se evitar o ensacamento das castanhas para permitir um revolvimento constante, contribuindo, assim, para uma melhor secagem e conservação. Também nesta fase é necessário retirar, sempre que possível, todas aquelas que apresentam algum tipo de danificação ou rachadura.



### Boas práticas de coleta, armazenamento e comercialização da castanha-do-Brasil

Capacitação e intercâmbio de experiências entre os povos da Amazônia mato-grossense com manejo de produtos florestais rio-madereiros



#### DICA DE LEITURA:

Manual de boas práticas de coleta, armazenamento e comercialização da castanha do Brasil.

A revisão e reimpressão deste manual pelo Pacto das Águas tornou a publicação uma referência para vários outros grupos indígenas da Amazônia.

## **APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA LOCAL**

De forma geral, todas as famílias envolvidas no projeto participam, em alguma escala, do manejo sustentável da castanha-do-Brasil. O ápice da coleta, se dá nos meses de fevereiro e março, após o período de queda natural dos ouriços nas matas.

Como parte do estímulo às boas práticas, o projeto vem apoiando um incremento na infraestrutura local para o beneficiamento e armazenamento. Além de barracões de armazenagem na reserva extrativista, o Pacto das Águas ofereceu capacitação para uso de secadores instalados

nas aldeias ainda quando a iniciativa recebia o apoio do PNUD. Essas máquinas, com capacidade para secar até 2,5 toneladas de castanha por dia, permitem melhorar significativamente a qualidade da castanha produzida, que fica mais limpa e com menos umidade. Outro benefício é a maior durabilidade das amêndoas.

Hoje, com uma castanha de melhor qualidade por meio de processos de boas práticas no manejo pode-se ampliar o leque de parcerias comerciais e caminhar rumo a sustentabilidade financeira deste negócio da floresta.



Com tecnologias sociais simples, como essa mesa de seleção e secagem de castanha, o projeto vem apoiando ações concretas de uso sustentável das florestas.

## **BOAS PRÁTICAS NO MANEJO DA SERINGUEIRA:**

Como nas boas práticas da castanha-do-Brasil, o manejo sustentável dos seringais nativos exige planejamento da safra, mapeamento e contagem das árvores de interesse, o que permite a definição de uma estimativa de produção anual. Isso pode ser feito de forma integrada a outras atividades tradicionais, como coleta de sementes, caçadas e ainda junto com a vigilância territorial, fortalecendo, desta forma, uma estratégia de gestão ambiental. Mais do que isso, é uma oportunidade para incentivar que principalmente os jovens se envolvam mais no cuidado com a terra, manejando não apenas a seringueira, mas os outros recursos naturais importantes à vida cultural e social nas aldeias.

Depois desta etapa, os indígenas e seringueiros se dividem e se tornam responsáveis por cada estrada que dá acesso às árvores. Eles precisam limpar o caminho, facilitar o trânsito

pela via e também para que o coágulo, quando estiver encanecado, receba menos sujeiras e mantenha uma melhor qualidade. A abertura de novas estradas ou reabertura das antigas se inicia no final da seca e no começo das chuvas um pouco antes do começo da sangria da madeira, realizada 10 meses por ano.

Chegando à estrada, os troncos das seringueiras são divididos em duas partes iguais para que seja possível definir qual lado será usado. Assim, o outro descansa. Isso dura cerca de cinco anos. Na definição do painel, a madeira tem sua largura mensurada e, a partir de seu tamanho, uma técnica é escolhida. A sangria que vem sendo realizada no âmbito do projeto de acordo com as recomendações técnicas da empresa Michelin, principal parceira comercial, é a sangria descendente (de uma metade da árvore). Depois, a madeira é riscada com régua, e é definido o ângulo de 37 graus em relação à horizontal, marcado com um instrumento chamado gabarito ou bandeira. Assim, pode ser feita a sangria, limpando a casca da seringueira acima da linha de corte para que a faca se encaixe perfeitamente.

O projeto tem orientado que se deve cortar somente as seringueiras com mais de 50 cm de grossura, a uma altura de 1,2 metros e uma espessura de casca mais ou menos igual à largura da lâmina de um facão (1,4 milímetros). A abertura do painel poderá ser realizada nos meses de março e setembro. Coloca-se, então, a caneca que irá receber o látex após o corte. O suporte das cumbrucas deve ter um formato que evita ferir a planta em sua fixação. Os cortes numa mesma árvore precisam ter um intervalo nem muito curto nem muito longo para um melhor aproveitamento da



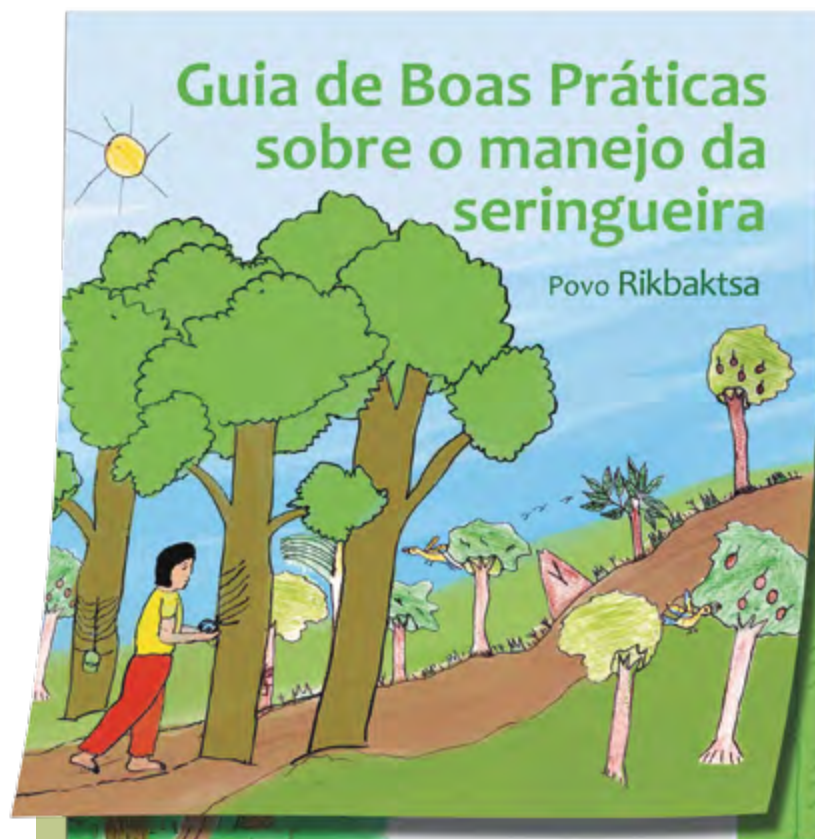




seringueira, com cuidado para não fazer cortes profundos. Depois desta etapa, aguarda-se até que o látex coagule na caneca, o que demora aproximadamente um dia. Então, os quáleos são retirados e depositados em cestos ou latões de 20 litros. A coleta pode ser feita de três em três dias ou toda semana. Depende do local e tamanho da estrada e da frequência que o seringueiro estabeleceu para a sangria.

É preciso cuidado para que os quáleos não entrem em contato com o chão. Depois de recolhidos, eles são levados para a barraca do seringueiro ou para as margens dos córregos, onde serão lavados e prensados. Esse processo consiste na transformação dos quáleos em barras de borracha com prensas de madeira. Esta técnica de produção é conhecida como Cernambi Virgem Prensado (CVP).

Atualmente, estão envolvidos diretamente no extrativismo do látex 26 indígenas Rikbaktsa, 59 Zoró e 26 chefes de família na Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt. A produção de seringa nesta unidade de conservação ocorre em duas etapas em função da localização dos seringais nativos em áreas alagadiças. A primeira coleta começa em maio, quando os rios baixam, estendendo-se até agosto.



#### **DICA DE LEITURA:**

**Guia de boas práticas sobre o manejo da seringueira**  
Escrito de maneira simples e em formato de calendário, o “Guia de Boas Práticas sobre o Manejo da Seringueira” tem como objetivo ajudar a difundir técnicas simples, mas que podem incrementar e valorizar ainda mais a produção tradicional da seringa respeitando a dinâmica da floresta.

Depois de um período de “descanso” das árvores por 30 dias, a atividade é retomada e continua até outubro ou novembro, dependendo da intensidade de chuvas na região.

## ARRANJO INSTITUCIONAL

Todo o esforço de valorização das práticas tradicionais dos povos indígenas do noroeste da Amazônia mato-grossense e sudeste de Rondônia tem sido necessariamente acompanhado e apoiado por um arranjo de instituições parceiras capazes de amplificar a iniciativa em um verdadeiro programa regional de desenvolvimento sustentável.

Para que, dentro deste polo de organizações, a iniciativa opere com pujança regional, precisa dialogar com instituições governamentais, privadas e da sociedade civil

em consonância com políticas públicas estratégicas. Uma das que têm dado resultados mais efetivos é o relacionamento com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Por meio deste programa, que concede empréstimos a associações e cooperativas, tem sido possível formar estoques da produção de castanha-do-Brasil. Isso oportuniza uma melhor gestão dos negócios da castanha, assegurando aos extrativistas e indígenas preços mais justos na hora da comercialização.



A partir do acesso dos recursos da CONAB - PAA pelas associações, foi possível pagar preços mais justos aos castanheiros.

**CONAB – Programa de Aquisição de Alimentos - PPA  
Compra antecipada para formação de estoque**

|                                   | 2005/2006            | 2006/2007            | 2007/2008           | 2008/2009            | 2009/2010            | 2011/2012             | 2012/2013            | Total            |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|------------------|
| Povo Zoró                         | R\$ 30.000,00        | R\$ 36.785,23        | R\$ 40.209,50       | R\$ 148.904,85       | R\$ 336.198,68       | R\$ 289.354,30        | R\$ 253.770,00       | R\$ 1.135.222,56 |
| Povo Rikbaktsa                    | -                    | -                    | R\$ 30.000,00       | R\$ 50.000,00        | R\$ 70.000,00        | -                     | -                    | R\$ 150.000,00   |
| Resex Guariba Roosevelt - AMORARR | -                    | -                    | -                   | -                    | -                    | -                     | R\$ 117.004,65       | 117.004,65       |
| <b>Total por ano</b>              | <b>R\$ 30.000,00</b> | <b>R\$ 36.785,23</b> | <b>R\$ 70209,50</b> | <b>R\$ 198904,85</b> | <b>R\$ 406198,68</b> | <b>R\$ 289.354,30</b> | <b>R\$ 370774,65</b> |                  |

**Total geral: R\$ 1.339.227,10**

Em 2012, a Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva Extrativista Guariba Roosevelt Rio Guariba (AMORARR) firmou, de forma pioneira, um contrato de empréstimo no valor de R\$ 117 mil com a Conab no âmbito do PAA para pagar a castanha coletada pelos moradores. A associação teve um ano para pagar o empréstimo com juros de 3%, permitiu que os extrativistas recebessem por um preço justo e, principalmente, não dependessem mais da venda por meio de atravessadores. Ainda no escopo deste programa, a Associação do Povo Indígena Zoró (APIZ) tem conseguido

acessar recursos da Doação Simultânea, dando acessibilidade na merenda escolar a uma série de produtos derivados da agrobiodiversidade deste povo.

Outro parceiro cujo envolvimento tem sido fundamental é a Funai, que por meio das coordenações regionais de Juína (MT) e Ji-Paraná (RO), além da Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento, sediada em Brasília, tem apoiado as ações de implementação de estruturas de armazenamento de castanha e seringa nas aldeias Zoró e Rikbaktsa.

Ainda que a gestão territorial indígena não seja o foco principal do Pacto das Águas, é inegável sua contribuição para o fomento de discussões junto aos povos dentro deste escopo. Aliás, o percurso iniciado com o Programa Integrado da Castanha (PIC) que desde 2003 vem incentivando o planejamento territorial na região amazônica, antecede todas as outras iniciativas de fomento à gestão territorial já implementadas nesta região da Amazônia. Pelo seu ineditismo, tornou-se referência e participa ativamente do compartilhamento de experiências e debates acerca da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), como durante a participação do Pacto das Águas no Seminário Gestão Territorial Indígena: resultados, experiências e desafios, executado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN) no âmbito do Projeto Berço das Águas, em Poconé (MT), em novembro de 2011.

A experiência também antecedeu e inspirou outra iniciativa de gestão conduzida pelo governo federal, o GEF Indígena, criado pela Funai e Ministério do Meio Ambiente com apoio do PNUD, e que visa fortalecer entre os indígenas as práticas de manejo, uso sustentável e conservação de recursos naturais. O projeto dialoga diretamente também com a Política Nacional dos Produtos da Sociobiodiversidade, tendo o governo de Mato Grosso criado uma câmara técnica para discutir e apoiar as cadeias produtivas da sociobiodiversidade prioritárias do estado. Um dos resultados é a isenção total do ICMS pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (Sefaz) para a castanha beneficiada, o que é considerado um impacto importante nesta cadeia produtiva.

O apoio da sociedade civil ocorre em variadas frentes. Hoje, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã, que ancora o Pacto das Águas, dá suporte direto a mais de 500

castanheiros e 100 seringueiros, fortalecendo a gestão social para a certificação, manejo e comercialização da castanha e da borracha natural. Regionalmente, a Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (ADERJUR) apoia, com o Projeto Poço de Carbono Juruena, a Coopavam na renovação do certificado orgânico ECOCERT desta cooperativa. Além disso, promove cursos de formação e capacitação de seus gestores, participação em eventos e feiras nacionais e internacionais, instalação de novos



Através das parcerias, biscoitos de castanha são hoje oferecidos na merenda escolar.



As ações da Coopavam têm levado através do PAA - Doação Simultânea produtos à base de castanha para 35 mil crianças na região.

equipamentos na fábrica e acesso ao Programa de Aquisição e Alimentos. Isso garante o fornecimento de produtos à base de castanha a 35 mil alunos da região noroeste de Mato Grosso, bem como a compra de castanha a preços justos para agricultores familiares, índios e seringueiros.

A Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA) também é parceira do projeto, tendo adquirido castanha-do-Brasil do povo Zoró e seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, gerando renda para essas populações e para grupos de mulheres do assentamento Vale do Amanhecer com a produção de alimentos à base de castanha para escolas da região. Participam centralmente da iniciativa, a Cooperativa de Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua (Coocaram), Cooperativa dos agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), a Associação Indígena do Povo Zoró (Apiz), as Associações dos moradores agroextrativistas dos rio Guariba (AMORAAR) e rio Roosevelt (AMARR), Associação do povo Indígena Gavião (Assiza), Associação do povo indígena Arara (Karo Paygap), além das Associações do povo indígena Cinta-Larga e Operação Amazônia Nativa (Opan), conforme já demonstrado.

Entre as empresas, destacamos a Michelin, que há cinco anos adquire toda a produção de produtos do látex oriundos de manejo florestal comunitário de povos indígenas e seringueiros, pagando sempre os melhores preços praticados no estado de Mato Grosso. E a Ouro Verde, parceira do PIC desde 2004 e que já adquiriu 110 toneladas de castanha com casca dos povos participantes do projeto.

Com termos de cooperação e construção de alianças com outros projetos e instituições, o projeto consolida um arranjo institucional forte que logra sucesso no fomento de processos de gestão ambiental, desmatamento evitado e alternativas sustentáveis de geração de renda.

# AGREGANDO VALOR E TRANSFORMANDO A REALIDADE



Colocação de seringueiro na  
RESEX Guariba Roosevelt.

As boas práticas de manejo, armazenamento e beneficiamento da castanha e da borracha natural são hoje executadas de forma exitosa em função da aceitação da proposta e adesão de todas as comunidades a partir de uma dedicação especial ao fortalecimento das organizações desses grupos. Como resultado deste processo, temos produtos com mais qualidade e elevado valor agregado, que já saem das aldeias e colocações de seringueiros refletindo, por trás de tudo isso, uma melhoria significativa na qualidade de vida de indígenas e seringueiros. Uma das respostas mais importantes e estimulantes do projeto tem sido observar a diminuição dos atravessadores nessas relações comerciais, pagando preços extremamente baixos aos extrativistas. Com o apoio à construção de parcerias com instituições e empresas, o projeto tem possibilitado que indígenas e seringueiros escolham para quem vender sua castanha e seu látex.

Somado ao arranjo institucional estabelecido na região, o incentivo à melhoria na infraestrutura de beneficiamento e armazenamento da castanha, com o funcionamento de secadores rotativos que deixam as castanhas mais secas e limpas do que as *in natura*, tem permitido que chefes de famílias possam adquirir, por exemplo, motos e barcos a motor, essenciais meios de transporte nesta região. Este tipo de castanha, mais seca, é conhecida no mercado como castanha tipo *dry*. Pode ser armazenada por mais tempo e é vendida a R\$ 4,00 o quilo, praticamente o dobro do preço sem as boas práticas.



Processo de beneficiamento da castanha dry - Equipamento doado pelo PNUD e SEMA - MT.

## EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA CASTANHA DO BRASIL COM CASCA (EM TONELADAS)

|   | 2003/2004 | 2004/2005   | 2005/2006   | 2006/2007   | 2007/2008   | 2008/2009   | 2009/2010   | 2010/2011   | 2011/2012   | 2012/2013   | Total |
|---|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------|
| Povo Zoró                                     | 0         | 40          | 60          | 60          | 80          | 90          | 120         | 150         | 160         | 70          | 830   |
| Povo Rikbaktsa                                | 30        | 50          | 40          | 45          | 60          | 60          | 80          | 80          | 135         | 85          | 665   |
| Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt        | 13        | 12          | 22          | 30          | 20          | 15          | 15          | 20          | 60          | 55          | 262   |
| Total por ano                                 | 33        | 102         | 122         | 135         | 160         | 165         | 215         | 250         | 355         | 210         | 1757  |
| Evolução dos valores de comercialização (R\$) |           |             |             |             |             |             |             |             |             |             |       |
| Povo Zoró                                     | 0         | 0,25 a 0,40 | 0,90 a 1,00 | 2,20 a 2,75 | 2,20 a 2,80 | 2,50 a 2,80 | 2,75 a 3,00 | 2,80 a 3,50 | 3,60 a 4,00 | 3,75 a 5,00 |       |
| Rikbaktsa                                     | 0,35-0,50 | 1,00        | 1,40        | 1,40        | 1,60        | 1,65        | 1,85        | 3,65        | 4,00        | 3,00        |       |
| Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt        | 0,35-0,50 | 0,35-0,50   | 1,40        | 1,40        | 1,40        | 1,60        | 2,15        | 2,35        | 3,65        | 3,00        |       |

A APIZ comercializa a sua castanha dry até R\$ 4,00 reais, apagando até R\$ 2,75 pela castanha aos coletores. Pensando na sustentabilidade financeira, essa diferença é utilizada para cobrir os custos de produção. Entre o povo Zoró, registram-se, por exemplo, situações em que em 10 dias de trabalho de uma família rendem de dois a cinco mil reais.



## A CASTANHA CERTIFICADA

Desde 2007, as castanhas colhidas, armazenadas, beneficiadas e transportadas pelos povos atendidos pelo Pacto das Águas vêm conquistando selos de certificação orgânica que atestam a altíssima qualidade dos produtos para um mercado cada vez mais exigente. A certificação assegura a excelência na cadeia de valor da castanha-do-Brasil, sobretudo o conjunto das boas práticas de manejo, garantindo que as amêndoas cheguem aos compradores totalmente livres de defensivos químicos e de um tipo de fungo capaz de condenar toda uma safra: a aflotoxina.

A aflotoxina é considerada a maior inimiga das castanhas de boa qualidade, pois tem um grande poder de contaminação e deixa os produtos com uma coloração branca, verde ou amarela na casca, além de escurecer as amêndoas. Este e outros fungos multiplicam-se no calor e na umidade, condições que também podem deixar as castanhas rançosas. Por isso é essencial que se estabeleçam condições ideais de coleta, secagem e armazenamento, o que vem sendo assegurado pelo Pacto das Águas e reconhecido por meio dos selos Ecocert e Orgânico Brasil, do governo federal, instituído em 2011.

Quatro anos antes, as castanhas dos indígenas e seringueiros atendidos pelo Pacto das Águas já detinham o selo da Ecocert, certificadora oriunda dos movimentos pela valorização da agricultura orgânica na França durante os anos 90 e que, desde 2001, ganhou sua sede brasileira em Porto Alegre. Este selo é comum a todas as parcerias comerciais do projeto, o que facilita sua inserção em muitos mercados sem que para isso sejam cobradas porcentagens sobre produtos comercializados ou quaisquer outros custos adicionais pelo uso desta marca.



Desta forma, foi consolidada uma rede que oferece produtos de alto valor agregado não apenas aos mercados nacionais e internacionais, mas às comunidades e escolas da região beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos, venda direta e demais iniciativas do gênero. Assim, todos têm a possibilidade de adquirir um produto nobre da floresta.

Para obter e manter essas certificações, anualmente auditores avaliam os cuidados nos castanhais e as castanhas em todas as etapas de produção. Hoje, no escopo do Pacto das Águas, considerando as Terras Indígenas Erikpatsa, Japuira, Escondido, Zoró e a Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, o projeto tem 176 mil hectares sendo certificados para o manejo da castanha.

## EVOLUÇÃO NA PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL (QUILO)

|  | 2008  | 2009   | 2010  | 2011      | 2012   | Total    |
|--|-------|--------|-------|-----------|--------|----------|
| Povo Zoró  | 0     | 0      | 500   | 2.225     | 2.320  | 5.045    |
| Povo Rikbaktsa                                     | 8.000 | 10.000 | 6.000 | 3.000     | 3.000  | 30.000   |
| RESEX Guariba Roosevelt                            | 0     | 0      | 1.971 | 11.519,50 | 10.445 | 23935,50 |
| TOTAIS POR SAFRAS                                  | 8.000 | 10.000 | 8.471 | 16.774,50 | 15.765 | 59010,50 |
| Evolução dos preços pagos por safra (R\$ - Kg/CVP) |       |        |       |           |        |          |
| Povo Zoró  | 0     | 0      | 4,00  | 4,00      | 4,00   |          |
| Povo Rikbaktsa                                     | 3,00  | 4,00   | 4,00  | 4,00      | 4,00   |          |
| Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt             | 0     | 0      | 4,50  | 4,00      | 4,00   |          |



Pesagem de borracha na Resex Guariba-Roosevelt, Colniza, MT.

Toda a produção de borracha tem sido vendida à empresa de pneus Michelin com um preço na faixa dos R\$ 4,00 o quilo, gerando uma renda aproximada de R\$ 236.000,00 aos seringueiros de 2008 a 2012.

É importante considerar que, além destas ações, os moradores também exercem outras atividades de subsistência como a pesca, criação de pequenos animais, a agricultura e o manejo dos castanhais. Ou seja, além de viverem em harmonia com a floresta, eles estão desenvolvendo uma maneira de agregar valor a suas atividades e garantindo trabalho e renda a seus descendentes.

O Pacto das Águas apoiou a produção de 1500 toneladas de castanha-do-Brasil entre 2007 e 2012, provenientes do manejo de castanhais nativos. De 2007 até agora, foram produzidas cerca de 59 toneladas de borracha natural, sendo 14 toneladas somente nos últimos meses. Isso gerou, somente em 2012, uma renda de R\$ 200 mil do manejo dos seringais e R\$ 850 mil do manejo dos castanhais para as comunidades locais.

## JOIAS DE VERDADE

Algumas das ações pensadas para a agregação de valor ao artesanato indígena foram o incentivo ao fortalecimento da organização de mulheres indígenas e a realização de intercâmbios de experiências. Além disso, o projeto ajudou as artesãs a criarem uma identidade visual das Joias da Floresta, confeccionadas pelos povos Rikbaktsa e Zoró. Toda a produção comercializada pela Associação do Povo Indígena Zoró (APIZ) e da Associação Indígena das Mulheres Rikbaktsa (AIMURIK) passa a ter uma etiqueta comprovando sua origem e importância cultural.

Ao adquirir as Joias da Floresta, os consumidores precisam passar a ter consciência de que estão apoiando um grupo de mulheres na manutenção de sua cultura, na construção de uma vida digna e na conservação da natureza. Isso representa muito mais que os estoques de carbono.

Até hoje, o artesanato elaborado pelas mulheres Zoró é fruto de um trabalho manual, sem máquinas para lixar, perfurar e cortar. Este é um fator que faz dessas joias peças únicas e valorizadas. Elas são expostas e vendidas na sede da Associação do Povo Indígena Zoró, em Ji-Paraná, e também em feiras regionais. Durante o intercâmbio de experiências promovido pelo Pacto das Águas, em 2012, no Acre, as mulheres Arara ressaltaram que ultimamente têm acontecido capacitações periódicas quando as mais velhas transmitem conhecimentos às mais novas.

As mulheres Rikbaktsa, estão credenciadas como artesãs no estado, aptas, portanto, a emitir nota fiscal e comercializar suas joias para o mundo todo.

O artesanato Rikbaktsa já chegou a gerar cerca de R\$ 100 mil por ano, antes da proibição da comercialização de arte plumária. Atualmente, com sementes, fibras e outros produtos florestais não madeireiros, o artesanato gera R\$ 30 mil por ano para as mulheres deste povo, que estão distribuídas em 34 aldeias, e mantêm grande potencial de ampliar essa renda.

Conscientes de seu papel na valorização das práticas indígenas por meio da confecção das joias da floresta, as mulheres perceberam também o resultado em conservação do manejo sustentável da castanha-do-Brasil e da borracha natural, que ajudam a garantir que os recursos naturais importantes para sua reprodução cultural sejam resguardados.

O Pacto das Águas está utilizando a expertise adquirida nos trabalhos de manejo sustentável e boas práticas com castanha e seringa para as joias da floresta, realizando, por exemplo, o mapeamento de toda a cadeia produtiva do artesanato, bem como o processo de capacitação em gestão de negócios e na troca de experiências. A valorização do artesanato indígena é uma forma eficiente de estimular a gestão territorial nesses territórios, pois abrange praticamente todas as aldeias em uma atividade de uso sustentável da floresta. Além disso, tem retorno financeiro garantido e incentiva o protagonismo feminino. Nesse sentido, projeto consegue operar com uma perspectiva de mercado, mas na condição de ser uma estratégia para valorizar os modos de vida e os desejos desses povos.

Mulheres Rikbaktsa durante oficina na Terra Indígena Japuira, Juara - MT.



# DESAFIOS



Seminário dos povos do corredor Tupi-Mondé realizado na aldeia Escola, na Terra Indígena Zoró, para a discussão do fortalecimento da cadeia de valor da castanha-do-Brasil.

O manejo de castanhais nativos, seringais e a confecção de joias da floresta, vivenciados na lida diária pelos povos indígenas e seringueiros do noroeste da Amazônia mato-grossense e sudeste de Rondônia, permitiu a construção de um grande mutirão de pessoas, grupos e instituições de apoio, comprometidos com a busca de alternativas econômicas, sociais e ambientais na região.

Ao conciliar geração de renda e melhoria de qualidade de vida com a conservação das florestas, em 10 anos de trajetória foi possível contabilizar números e histórias de vida indicando ser este o caminho certo para que se dissemine o simples entendimento de que a floresta e os povos que dela vivem não podem ser vistos como obstáculos, mas atores de oportunidades para a manutenção e reprodução dos meios de vida e bem-estar de toda a população.

Nesse caminho de descobertas, estímulos e vitórias, o Pacto das Águas entra numa fase em que se lança para enfrentar com ainda mais vigor alguns importantes desafios. Um deles é a sustentabilidade financeira da iniciativa. Estamos trabalhando para que o custo de produção chegue a um ponto de equilíbrio e passe a ser cada vez menos impactado pelas flutuações de mercado. Para lidar com isso, o projeto tem se empenhado em qualificar o arranjo institucional em torno das comunidades para que as relações de parceria entre indígenas, seringueiros, cooperativas, empresas, instituições de governo e sociedade civil sejam fortalecidas.



Transporte castanha pela associação do povo Zoró.

Aumentando o leque de parceiros comerciais, investindo nas boas práticas, nas cadeias de valor dos produtos da floresta e com princípios que reconhecem a relevância deste apoio para a valorização da diversidade cultural no país e a conservação da biodiversidade, a iniciativa angaria condições para se inserir mais amplamente nas redes de economia solidária e comércio justo.

Mesmo com êxitos na valorização do preço da castanha para as comunidades, encontramos-nos diante de outro desafio importante: a gestão social. Nossa experiência tem nos indicado que é preciso dedicar atenção especial às relações que se estabelecem entre as associações indígenas – geralmente formadas por jovens com maior estreitamento com as questões urbanas e de gestão administrativa dos projetos desenvolvidos – e as estruturas tradicionais de organização social, que variam de povo para povo e são determinantes para a adesão da comunidade às propostas porque respeitam referências culturais como calendário de rituais, roças, caça e coleta, além da legitimidade de seus interlocutores segundo critérios como classe de idade, função social, parentesco, etc.

Essas diferentes formas de organização dentro de uma mesma comunidade revelam como os indígenas estão literalmente inseridos em dois mundos, lidando com duas lógicas. Por um lado trabalham simultaneamente com um sistema econômico capitalista ao se lançarem nos mercados dos produtos da floresta. Mas, em sua organização interna, atuam com outros referenciais a partir de suas cosmologias e características socioculturais particulares. Desconsiderar essas complexas relações é colocar os esforços já realizados em risco.

Ainda em se tratando do aprimoramento da gestão das associações, percebemos que elas enfrentam o dilema de lutarem por preços melhores, uma vez que vêm desenvolvendo produtos com maior valor agregado.

É notório o aumento da autonomia dos indígenas e dos seringueiros na negociação de seus produtos com os mercados locais, deixando de depender de atravessadores e se livrando das relações injustas de aviamento. Para conseguirem essa independência, os indígenas contam com o apoio da Conab no financiamento das associações junto ao programa de formação de estoques. Ao mesmo tempo, ficam limitadas às regras de formalização das associações, que podem ter fins econômicos, mas não lucrativos.

Cada vez mais, torna-se necessário fomentar ações voltadas à gestão territorial e ambiental indígena, para que os povos se organizem internamente em suas estruturas tradicionais para o uso, o manejo e a conservação de todo o território, bem como estabeleçam os modos com os quais desejam se relacionar com a sociedade no entorno através de um trabalho longo e multidisciplinar orientado pelos próprios indígenas. Para isso, consideramos essencial manter uma rotina de trocas de experiências com entidades da sociedade civil que realizam trabalhos com este enfoque na região para aprimorar e qualificar a atuação do Pacto das Águas.

O que colhemos até agora não foram apenas frutos da floresta, mas autoestima e dignidade para os povos que, a partir de suas atividades socioculturais e econômicas, conquistaram valorização e respeito no noroeste da Amazônia mato-grossense e no sudeste de Rondônia. Na raiz dessa experiência, o projeto incorporou o que há de bom nas práticas do extrativismo, tão conhecida e integrante do modo de vida dos povos da floresta, aprendendo a associar o sistema monetário com a floresta conservada. Por isso, nos orgulhamos de, no período de uma década, termos partido de uma condição de aviamento clássico para a implementação de práticas de manejo e execução de plano de negócios sustentáveis com cadeia de valor.





Liderança do povo Zoró.

# COM A PALAVRA, O PACTO DAS ÁGUAS



Rikbaktsa, aldeia Barranco  
Vermelho - Brasnorte, MT.



Em todos esses anos de fomento a atividades sustentáveis foi possível registrar em palavras a confiança que as comunidades depositaram na iniciativa. E a força com que se dedicaram à ideia de um melhor sustento e relacionamento com o entorno por meio do cuidado

com a natureza e a afirmação de suas culturas. Muitos dos depoimentos a seguir servem de estímulo a mais povos que, por sua vez, ajudam a divulgar e aprimorar esta proposta para outros horizontes.

“O projeto vem construindo outras referências para se olhar, para se perceber a floresta. O que era antes visto como um obstáculo por muitos, agora é uma oportunidade de geração de renda e uma forma de respeito à diversidade social e ambiental da região.”

**Everaldo Dutra dos Santos, filho de seringueiros, liderança sindical de Aripuanã.**



“Nós sempre vivemos do extrativismo, mas há 20 anos os preços pagos têm sido muito ruins. Com as boas práticas de coleta e armazenamento, os nossos produtos melhoraram e toda a comunidade está vivendo melhor”.

“A gente acredita muito no projeto e nós queremos nos organizar pra andarmos com os nossos próprios pés”.

**Aizo Pereira dos Santos, barqueiro que em pouco mais de 30 dias na floresta extraíndo castanha e executando as boas práticas conseguiu comprar uma moto nova.**



“Ter crediário, comprar roupas novas e material escolar para os filhos são fatos rotineiros nas grandes cidades, mas um sonho distante para muitos moradores da Reserva Extrativista. Hoje isso é uma realidade com o apoio do projeto e de parceiros comprometidos”.

**Emerson de Oliveira Jesus, técnico de campo do projeto.**



“O Pacto das Águas ajudou a consolidar um mercado, na capacitação de boas práticas e na formação do preço, além da aquisição de mesas de secagem e seleção”.

Lígia Neiva, assessora da Associação do Povo Indígena Zoró



“O manejo da castanha mantém o nosso povo unido e melhora nossa autonomia e dignidade”.

Márcio Kajazap, cacique-geral do povo Zoró



“Nós estamos mostrando para as crianças que não é somente acabando com a floresta que se consegue gerar renda, e que a floresta não é um problema. É a forma com a qual podemos manter o nosso povo e a nossa cultura”.

Juarez Paymã, professor Rikbaktsa



“Há alguns anos tudo isso de gerar renda a partir da floresta em pé ficava só nas palavras, só nas intenções. Hoje vemos nossas comunidades trabalhando e cuidando de suas florestas, de seus territórios e tirando o seu sustento da castanha e da seringa”.

**Agnaldo Zawandu Zoró,**  
Presidente da Associação do Povo Indígena Zoró



“Tem a coleta da castanha do Zoró, dos ribeirinhos, a seringa... isso fortalece e anima a nossa comunidade e isso é importante para gente, pois não estamos sozinhos.”

**Paulo Skirip,** ex-presidente da Associação do  
Povo Indígena Rikbaktsa



“A nossa população está crescendo bastante e hoje o projeto da castanha e da borracha está segurando os jovens dentro da aldeia, onde eles estão estudando, ficando mais, sem precisar sair.”

**Aristóteles Manutsa,** professor Rikbaktsa



“Agora nós temos como nos manter sem sair de nossa terra e sem desmatar. Os jovens não trabalham mais nas fazendas e estão mexendo com castanha e seringa dentro da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt”.

Raimundo Nonato, seringueiro



“Eu tive conversando com meu avô e falei ‘vambora’ colocar as estradas. E agora estou animado porque a gente fica em casa e tem a seringa da gente pra trabalhar, a gente pode criar os bichos da gente em casa. Isso pra nós é uma alegria.”

Alcinei de Araújo, seringueiro



Hoje em dia já está tendo valor a nossa produção. Ano passado em comprei uma moto, paguei nove mil e pouco – paguei à vista – com o dinheiro da produção da castanha e assim por diante. E de primeira não existia isso. Você trabalhava o ano todo e ainda ficava devendo ao marreteiro.

Pedro Pereira Sobrinho, morador da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt





“Agora as pessoas ficam na comunidade e isso é muito importante. O seringueiro sai de manhã para cortar seringa e à tarde está em casa, com a castanha é a mesma coisa”.

Ailton Pereira dos Santos, presidente da Associação dos Moradores Agroextrativistas do Rio Guariba (AMORAR).

#### **Contatos comerciais:**

Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt

Associação dos Moradores Agroextrativista da Resex Guariba Roosevelt Rio Guariba-AMORARR / Associação dos Moradores Agroextrativista da Resex Guariba Roosevelt Rio Roosevelt - AMARR

**Principal produto:** castanha-do-brasil seca, polida e selecionada em sacos de 60 kg.

**Castanha-do-Brasil:** 40-60 toneladas de castanha com casca por ano.

**Cernambi Virgem Prensado – CVP:** 10 - 15 toneladas CVP por ano.

**Contato:** associacaoamorarr@hotmail.com / associacaoamarr@hotmail.com

**Endereço:** RESEX Guariba Roosevelt - Aripuanã-MT

Associação do Povo Indígena Zoró - APIZ

**Principal produto:** castanha-do-brasil seca, polida e selecionada em sacos de 60 kg.

**Produção:** 80–140 toneladas de castanha com casca por ano.

**Outros produtos:** Cernambi Virgem Prensado – CVP, óleo de copaíba e joias da floresta (artesanato indígena).

**Telefone:** 69 3424-7213

**e-mail:** apiz.zoro@gmail.com

Ji Paraná - RO

Associação do Povo Indígena Rikbaktsa - ASIRIK

**Principal produto:** castanha-do-brasil seca, polida e selecionada em sacos de 60 kg

**Produção:** 50– 80 toneladas de castanha com casca por ano.

**Outros produtos:** Cernambi Virgem Prensado – CVP e Joias da floresta – artesanato indígena.

**Telefone:** (FUNAI Juína) 66 3566-6115

**e-mail:** povorikbaktsa@hotmail.com

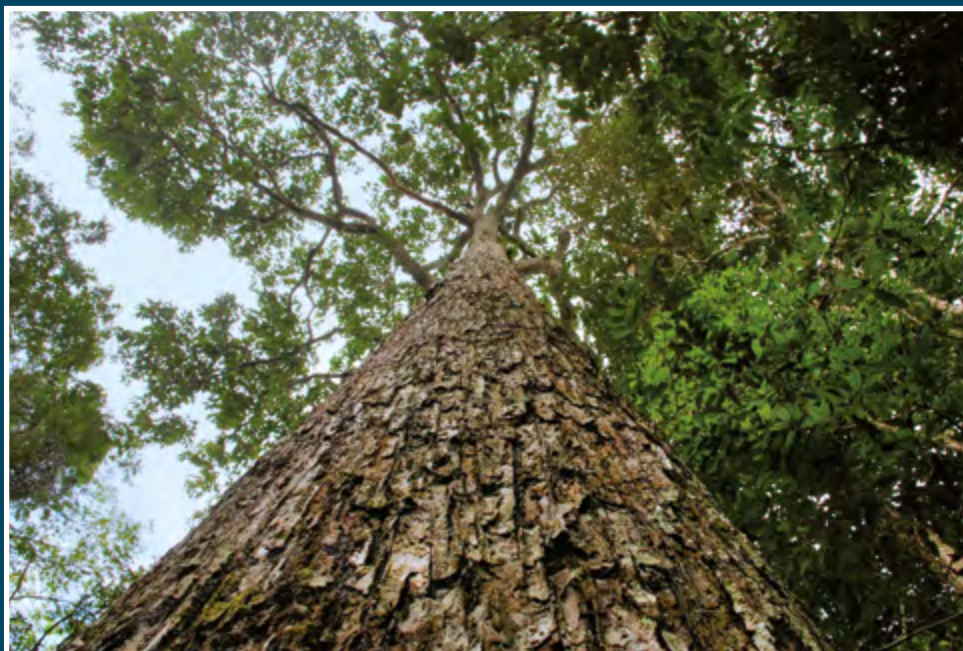
Juina - MT

Acesse

[WWW.PACTODASAGUAS.ORG.BR](http://WWW.PACTODASAGUAS.ORG.BR)







Patrocínio:



**PETROBRAS**



ISBN: 978-85-67137-01-8